



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4^{MASSAS}

.....
ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 29 - Nº 557 - DE 17 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - R\$ 4,00
.....

Temer adia a Reforma da Previdência

NÃO ABAIXAR A GUARDA!

**Manter a luta contra as reformas
antinacionais e antipopulares!**

**Preparar desde já
os combates de fevereiro!
Organizar a greve geral!**

**Armar o povo palestino para
derrotar o Estado Sionista de Israel**

**Unir os explorados do Oriente Médio
para expulsar o imperialismo.**

**Por um Estado Uno Palestino,
Operário e Socialista!**

Adiamento da reforma da previdência. Não abaixar a guarda!

Temer oficializou o adiamento da votação da reforma da previdência. Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, confirmou a decisão e previu a data de 19 de fevereiro. Mas a meta é resolver a questão entre fevereiro e abril. Segundo a avaliação de Maia, esse é o espaço de tempo limite para aprovar a PEC da previdência. Passado esse momento, vem a preparação eleitoral para 2018. O que torna mais difícil alcançar os 308 votos necessários.

O fato de a base aliada do governo golpista não ter dado o quorum exigido para aprovar a mudança constitucional da previdência frustrou o empresariado como um todo e em especial o capital financeiro. Não foi falta de empenho do governo. A presidência da República gastou dezenas de milhões em propaganda. Atendeu às demandas de parlamentares, prefeitos e governadores. Acionou os empresários para que pressionassem os deputados mais chegados. Negociou com Alckmin o apoio do PSDB. Enfim, Temer trabalhou sem cessar para impor mais uma das reformas antipopulares. A aprovação da PEC do Teto e da reforma trabalhista já tinha sido um grande feito. Mas a menina dos olhos do capital financeiro é a reforma da previdência.

Segundo analistas, o que descarilhou o governo foi a revelação de Joesley Batista, da JBS, e a denúncia do Ministério Público. Tudo andava bem. A crise política, porém, interrompeu o encaminhamento da reforma. Em certo sentido, parece correta a explicação. As duas denúncias do procurador geral, Rodrigo Janot, criaram animosidade na base parlamentar governista. Expôs uma divisão no PSDB. Um de seus setores se rebelou contra o excesso de governismo, nas condições em que se vislumbravam as eleições. Em quase todos os partidos, inclusive no PMDB, se manifestaram votos pela admissibilidade da denúncia, tamanha a podridão que veio à tona envolvendo Temer e a camarilha peemedebista. Mas esse espetacular episódio da crise política não explica tudo. A reforma da previdência guarda uma diferença em relação à reforma trabalhista. Atinge em cheio o funcionalismo, perante o qual os parlamentares têm mil ligações. Certamente, os liames com a alta burocracia do Estado são as que mais os amarram. Burocracia que comanda poderes, como Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal, etc. Para não ter muita dor de cabeça, os promotores da reforma deixaram de fora os militares, a casta mais poderosa. Mas o fato de envolver as demais frações burocráticas provocou descontentamento de bastidores. Não era conveniente deixar de fora também os ma-

gistrados, procuradores, policiais, fiscais e a nata que faz carreira em todos os ministérios.

Em sua campanha de convencimento da população, o governo acentuou o argumento de que a reforma acabaria com privilégios do funcionalismo. Na realidade, a reforma tem de colocar todos no mesmo sistema de previdência do INSS, excetuando a casta militar, da qual quase não se fala. Somente assim, cumpre o principal objetivo de atingir a massa de assalariados. A alta burocracia pode muito bem se valer da previdência privada, o que a mantém como casta privilegiada. Para perder essa condição, teria de ganhar o salário médio, ou não mais que o salário mínimo real. O fato é que a burocracia estatal não se mostrou disposta a se enquadrar no sistema do INSS. A sua resistência nas entranhas do poder certamente influenciou os partidos que promoveram o golpe e tinham a missão de apoiar as reformas antinacionais e antipopulares.

O problema é que a monumental dívida pública dita a reforma da previdência. O capital financeiro e o conjunto do empresariado, sem dúvida, apertarão o cerco para que os parlamentares deem os votos necessários em fevereiro. Temer tudo fará para que os dirigentes partidários sejam mais duros com seus deputados. Essa é a perspectiva.

A demagogia dos burocratas das centrais de que o adiamento foi uma

vitória dos explorados serve à causa da burguesia. O cancelamento da greve nacional de 5 de dezembro foi um sinal de que esses dirigentes sindicais não querem que a classe operária se levante, dirija um movimento de maioria nacional, se lance contra a ditadura civil de Temer, derrote a reforma da previdência e se fortaleça para combater a implantação da reforma trabalhista.

O POR tem rechaçado as análises e explicações de que basta a fraqueza do governo para que uma pequena pressão dos explorados sobre o Congresso Nacional inviabilize a reforma da previdência. Essa explicação leva à capitulação. Importa saber o quanto de força o governo burguês reúne para melhor combatê-lo. Não abaixar a guarda! Preparar desde já a luta de fevereiro! Organizar os comitês de base e de frente única! Fortalecer entre as massas a bandeira de *Abaixo a reforma da previdência! Com a greve geral, contra as reformas antinacionais e antipopulares! Não pagar a dívida pública! Nada de reforma da previdência! Revogação da reforma trabalhista!* Com essa organização e com essas bandeiras, marchar em fevereiro contra o governo e o Congresso Nacional golpistas! Não abaixar a guarda!

***Abaixo a reforma da previdência!
Com a greve geral, contra
as reformas antinacionais e
antipopulares! Não pagar a
dívida pública! Nada de reforma
da previdência! Revogação da
reforma trabalhista!***

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Governo marca para 19 de fevereiro a votação da reforma da previdência

Nenhuma trégua ao governo golpista!

O governo suspende e remarca para 19 de fevereiro a votação da Reforma da Previdência na Câmara dos Deputados. Temer não conseguiu um acordo em sua base aliada, apesar de atender às exigências dos parlamentares, prefeitos e governadores em liberar bilhões de recursos.

A classe operária, os servidores públicos e demais assalariados devem manter-se alertas. Não se deve confiar nas notícias de que o governo é fraco e que a reforma da previdência está morta. Não confiar, também, na demagogia da burocracia sindical que diz que o adiamento foi uma vitória dos trabalhadores. A reforma da previdência será derrubada pela ação direta das massas. Está aí por que é fundamental preparar a mobilização e fortalecer os comitês nos bairros, visando à retomada da greve geral em fevereiro.

O funcionalismo como o grande vilão

Governo e a imprensa monopolista têm repetido à exaustão que os servidores públicos são privilegiados, que usufruem dos benefícios por mais tempo e que o valor médio de suas aposentadorias é sete vezes maior do que as do setor privado.

Pelo discurso do governo, até parece que a redução dos direitos do servidor levará ao aumento do benefício dos segurados do INSS, ou que o trabalhador do setor privado não será afetado, alegando que a maioria recebe apenas um salário mínimo. Ocorre que para receber essa aposentadoria de fome, os segurados do INSS terão de contribuir mais e ter idade mais avançada. É importante lembrar também que a maioria dos que recebem benefícios de um salário mínimo se aposenta por idade. Mesmo na proposta “enxuta”, a carência (contribuição) para receber o benefício, passará de 15 para 25 anos, e milhões de trabalhadores deixarão de recebê-lo. Se a nova regra já estivesse em vigor, 76% dos atuais aposentados por idade não cumpririam as regras, pois atualmente,

apenas 24% conseguem comprovar 25 anos ou mais de contribuição no momento da aposentadoria.

Os servidores públicos já acumulam perdas em seus direitos. Com a Reforma feita por FHC, passaram a estar sujeitos à idade mínima para se aposentar. E desde 2013, no governo Dilma, perderam o direito à paridade e integralidade, no âmbito federal, tendo as regras equiparadas ao setor privado quanto ao teto e regra de cálculo. A relação entre custeio e benefício é a mesma do setor privado. Além disso, sua contribuição incide sobre a totalidade da remuneração.

Pela reforma proposta, serão eliminadas as regras de transição aprovadas nas reformas de 2003 e 2005; assim, mesmo que o ano de ingresso seja anterior a 2003, terá de cumprir os 65 e 62 anos de contribuição, para homens e mulheres, para ter a aposentadoria integral com paridade. E, mesmo os que ingressaram até dezembro de 1998, terão de escolher entre cumprir os 62/65 anos de idade para se aposentar com integralidade e paridade ou ficar apenas com a média das remunerações desde 1994.

Mesmo que trabalhadores do setor público e privado estejam sujeitos ao mesmo teto, a reforma prevê uma nova diferenciação. Enquanto o funcionalismo terá de ter uma contribuição mínima de 25 anos para se aposentar, quinze a mais do que a regra atual, para atingir uma aposentadoria equivalente a 70% da média das contribuições, o governo manteve para o setor privado os 15 anos de contribuição; porém, dará direito a uma aposentadoria equivalente a 60% da média das contribuições, 10% a menos do que pela regra atual. Para atingir 100% da média, será necessário contribuir por 40 anos, dez a mais do que atualmente, e sem regra de transição, no caso do setor público.

Além disso, a previdência complementar do funcionalismo poderá ser entregue a seguradoras privadas, exigindo apenas uma licitação prévia. Uma privatização dentro da privatização já existente. Enquanto o governo exige que duros

cortes e reformas sejam feitos em troca da negociação da dívida dos estados, faz demagogia dizendo que servidores municipais e estaduais podem ficar de fora da reforma, pois estados e municípios terão prazo de até seis meses para propor regras diferentes a seus servidores. Enquanto não aprovarem, valem as regras nacionais.

A essência do ataque foi mantida

Do texto aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, em abril de 2017, o fundamental da Reforma foi mantido. Nas regras atuais do RGPS, é permitido que o trabalhador e a trabalhadora se aposentem após 35/30 anos de contribuição. Hoje, 15% dos beneficiários se aposentam com menos de 53/55 anos (mulheres/homens). Serão estas as idades mínimas de transição que vigorarão automaticamente. Outra forma de se aposentar, pelas regras vigentes, é, ao completar 65/60 anos, com ao menos quinze anos de contribuição e exigidos 30 anos, para que receba 100% da média. Agora, todos estarão sujeitos à idade mínima de 65 e 62 anos, para homens e mulheres respectivamente. Este é o coração da reforma da Previdência. Segundo Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica da Fazenda e pesquisador da FGV a idade mínima, isoladamente já leva a uma redução de 40% no gasto previdenciário.

Além disso, automaticamente, sem necessidade de nova emenda constitucional, a cada elevação na expectativa de vida, será acrescido o equivalente na idade mínima para se aposentar. O fim da integralidade na pensão por morte está mantido. Será reduzido a 50% do que o falecido receberia como aposentadoria, com 10% por dependente (no máximo cinco). E só será permitido acumular pensão e aposentadoria até o valor de dois salários mínimos.

A elevação da idade de 60 anos para professores da educação básica de ambos os sexos foi mantida, sendo o da rede pública obrigado a contribuir por pelo menos 25 anos. Neste caso, as mu-

Iheres perdem os cinco anos de dife-
renciação. Os policiais conseguiram
manter a idade mínima de 55 anos,
desde que cumpram 25 anos de ativi-
dade policial.

BPC e aposentadoria rural

O governo alardeia que não mais
mudará o valor do Benefício de Pres-
tação Continuada (BPC), destinado a
idosos ou pessoas com deficiência de
“baixa renda”, continuando a garan-
tir o salário mínimo. Divulga também
que manterá a idade da aposentado-
ria rural. Porém, os rurais, agora, pre-
cisarão contribuir por pelo menos 15
anos com base na produção comer-
cializada. A contribuição sobre o sa-
lário mínimo deixará de existir, assim
como o direito à aposentadoria por
idade não contributiva no meio rural.
Além disso, o tempo rural terá restri-
ções para ser computado na aposen-
tadoria urbana.

O ataque é a todos explorados e oprimidos

Ou seja, a história do governo de
que a reforma não atingirá 65,4% dos
beneficiados é falsa. O estudo divulga-
do por um consultor do Senado é uma
grosseira manipulação, diz que os
atingidos serão os servidores públicos
federais e homens que se aposentam
por tempo de contribuição, um peque-
no contingente que receberia benefí-
cios mais altos. Segundo estudo divul-
gado pelo Departamento Intersindical
de Assessoria Parlamentar (DIAP),
dos quase 60 milhões de trabalhado-
res e servidores vinculados a regimes
previdenciários no Brasil, de imediato,
mais de 45 milhões serão atingidos pe-
las alterações. Isso sem contar os mais
de 9 milhões de rurais, cuja contagem
do tempo passará a ser por tempo de
contribuição. No fim das contas, quem
terá suas condições inalteradas mes-
mo serão os militares dos estados e as
forças armadas. Todos os demais tra-
balhadores, explorados e oprimidos
serão penalizados.

Os homossexuais pobres, que
em geral encontram mais trabalhos
precários e terceirizados sofrerão os
mesmos problemas. Os transexuais
terão ainda mais dificuldade, ante a
baixíssima expectativa de vida e difi-

culdade em encontrar emprego for-
mal. As mulheres serão ainda mais
penalizadas pela função social da
maternidade, que também resulta em
maior rotatividade em menos tempo
de trabalho formal, uma vez que acu-
mula outra jornada não remunerada
no âmbito da família. A parcela da ju-
ventude pobre e negra, que consegue
escapar do extermínio e da morte vio-
lenta, amarga o desemprego e a alta
rotatividade. Dificilmente conseguirá
ter o tempo de contribuição necessá-
rio. Segundo o DIAP, considerando a
média dos períodos de informalida-
de para se conseguir contribuir por
40 anos, são necessários, na verdade,
52 anos.

Impactos da reforma trabalhista na previdência

A reforma trabalhista também
traz impactos para a previdência. Na
última semana, foi divulgado o caso
escabroso em que um trabalhador de
jornada intermitente terá de pagar
para trabalhar. O caso concreto se deu
no Ceará, com uma vaga para opera-
dor de caixa de supermercado, que
trabalhará quatro horas por dia, seis
vezes por mês, recebendo R\$ 115,44
por mês. A empresa repassa ao INSS
a contribuição de R\$ 23,09, mas não
atinge o valor mínimo de R\$ 187,40.
Assim, o empregado precisaria pagar
R\$ 164,31. Fechando o mês trabalhado
com uma dívida de R\$ 65,03. Cai por
terra a farsa da formalização e geração
de empregos. Até o tucano José Ser-
ra está se prontificando a fazer uma
emenda corrigindo esta distorção.

Não bastasse a demonstração de
que a reforma da previdência, mes-
mo enxuta, atingirá todos explora-
dos, basta ver que ela é parte do con-
junto de ataques do governo golpista
a mando do imperialismo. É preciso
organizar os comitês e assembleias
nos locais de estudo, trabalho e mo-
radia. Organizar pelos métodos ope-
rários a campanha para botar abaixo
as reformas antinacionais e antipopu-
lares. Impedir a implementação da
Reforma Trabalhista. Não deixar que
a Reforma da previdência seja apro-
vada. Para isso, é fundamental rom-
per o cerco das burocracias sindicais
e retomar a greve geral.

Ao invés

Depois de desmarcarem a greve nacional, a
CUT, CTB, Intersindical, MTST e MST convo-
caram um ato na Av. Paulista. A Força Sindical,
UGT e aliadas não compareceram. A concentra-
ção não foi massiva. As centrais não mobiliza-
ram a classe operária. Sequer o funcionalismo
público esteve organizado e massivamente. O
desmonte da greve nacional foi um balde de
água fria. As direções discursaram contra as re-
formas trabalhista e da previdência e a todo mo-
mento diziam que Temer “havia recuado” e que
isso significava uma vitória dos trabalhadores.
Mais uma vez, compareceu o discurso de que o
medo das eleições em 2018 seria uma arma nas
mãos dos assalariados. Isto é, a pressão sobre
os parlamentares deveria continuar para que a
reforma não fosse aprovada. Fizeram menção
à campanha eleitoralista “#SeVotarNãoVolta”
por meio das redes sociais. E a burocracia, com
o presidente Wagner Freitas ao microfone, foi
mais longe: considerou o adiamento da votação
uma grande vitória do movimento. E encerrou
seu raciocínio com a bravata de que “se botar
pra votar, o Brasil vai parar”.

Assim, se pode ver como as direções das
centrais sindicais fizeram para mascarar a gran-
de traição de ter cancelado a greve nacional do
dia 5. Não conseguem acobertar o fato de es-
tarem submetidos ao calendário e às ações do
Congresso Nacional corrupto; então, tentam
colocar um verniz de luta sobre a atitude con-
ciliadora. Para preencher o vácuo deixado com
a desmobilização, usam o meio virtual como se
fosse capaz de alterar o quadro. E, percebendo
os limites disso, lançam ao ar a ameaça de “pa-
rar o Brasil”, como se não fosse necessário um
intenso trabalho de mobilização desde as bases
para confluir numa poderosa greve geral.

A experiência da construção da greve do dia
28 de abril revelou qual é o caminho para derro-
tar o governo e suas medidas. Mostrou também
o quão necessário é uma preparação que vá da
vanguarda até as camadas mais profundas dos
explorados, com um árduo trabalho através dos
comitês nos bairros, especialmente nas perife-
rias, nas escolas e locais de trabalho. Essa rica
experiência demonstrou também a necessidade
de explicar pacientemente o conteúdo das re-
formas e a importância de fazer a ligação dessa

São Paulo

Ato do dia 5 de dezembro sob o controle da Frente Popular e Frente Povo Sem Medo de luta, o eleitoralismo

luta com as reivindicações mais sentidas, de salário, emprego e de defesa das condições de vida.

A burocracia sindical não tem feito nada disso, ou, quando o faz, é de forma protocolar. Esse foi o caráter do ato do dia 5, inclusive. Foi uma manifestação para marcar posição, para que a atitude de cancelar a paralisação não ficasse tão em evidência. Não que não fosse importante realizar uma manifestação, pelo contrário. Acontece que esta deveria ser construída para confluír, de forma coesa e massiva, o trabalho de mobilização das diversas regiões. Como esse trabalho não existiu, a não ser pelas mãos de setores da vanguarda sem a mesma expressão, então o ato só pôde assumir esse caráter formal.

O POR tem insistido na denúncia da atitude traidora das direções sindicais, as quais submetem a intervenção da classe operária e dos demais oprimidos ao calendário do parlamento corrompido. O manifesto distribuído pela militância porista no ato chamava os trabalhadores e a juventude a lutar contra as reformas antinacionais e antipopulares em seu próprio terreno, com o método da ação direta. O POR segue nessa campanha, conclamando os explorados a confiar somente em suas próprias forças. Nada de se fiar pela atitude dos parlamentares, a maioria deles golpista e apodrecida na politicagem burguesa! Nada de desviar a luta para o pântano das eleições! É preciso retomar a greve geral por tempo indeterminado!



PSTU e Conlutas fazem ato separado

No mesmo dia, na mesma hora, a poucos metros da concentração da CUT e aliados, o PSTU reuniu um punhado de militantes e simpatizantes. Criticou a suspensão da greve nacional de 5 de dezembro e usou o discurso radical contra as reformas do governo Temer. Recusaram, assim, a unificar com as centrais do PT e do PCdoB e com os movimentos populares. Na realidade, foi uma atitude circunscrita àquele momento, como se tivesse se diferenciando daqueles que suspenderam a greve. Deixaram, assim, de usar a tribuna do ato da CUT, CTB, etc. para condenar o desarme do movimento grevista, bem como, defender a greve geral.

A burocracia sindical conduz o curso da frente opositora às reformas do governo Temer. Tendo claro que se trata de uma relação de forças no movimento sindical, a luta contra os recuos e as traições da burocracia tem de se dar no interior da frente enquanto essa estiver vinculada à ação das massas. A Conlutas e o PSTU tinham o dever de constituir uma fração revolucionária no interior da frente e lutar abertamente contra a política de conciliação de classes. O que não fez. A convocação de um ato separado e a crítica à suspensão da greve nacional somente serviu para os ouvidos de um pequeno agrupamento de militantes.

Pernambuco

Apesar da traição da burocracia, houve ato em Recife

Depois do ato de 10 de novembro, que sinalizou para um aumento no número de participantes e diante das movimentações das centrais para preparar o ato de 05/12, tudo indicava que a manifestação do dia 5 seria massiva. No dia 30, os metroviários aprovaram a adesão à greve e uma nova assembleia, em 4/12. Mas, no meio do caminho, as burocracias das centrais sindicais, exceto CSP-Conlutas e Intersindical, desfecharam seu golpe contra os explorados. Desmarcaram a greve nacional. Mesmo assim, localmente, as centrais resolveram manter o ato, sem o mesmo empenho, no entanto. Os metroviários, por exemplo, dirigidos pela CUT, desmarcaram a assembleia da véspera e simplesmente cancelaram por cima a adesão ao dia de lutas. No dia, desde às 15h, manifestantes se concentraram na Praça do Derby. A militância do POR montou uma banca e distribuiu um manifesto. Já no fim da tarde, cerca de dois mil manifestantes saíram em marcha pela Avenida Conde da Boa Vista. Estendemos nossa bandeira de “combater as reformas com independência de classe” e, no megafone, ecoamos palavras de ordem em torno das reivindicações e métodos de luta. No carro de som, manteve-se o critério de uma quantidade de falas de cada central. Um burocrata da Força Sindical chegou a dizer que discordava da suspensão da greve nacional. A CUT hipocritamente repetia que o adiamento da votação da reforma da previdência na Câmara era fruto da mobilização e que a suspensão era só para dar impulso para a próxima greve. O que ocorre é o contrário, a traição das centrais leva a um descrédito e desconfiança por parte dos trabalhadores. O POR fez uma intervenção, na “cota” da CSP-Conlutas, apesar da resistência da CUT e Intersindical, que estavam controlando o microfone. O conteúdo foi de denúncia da conciliação de classes. Mostramos que a greve geral de 28 de abril foi prova de que há disposição de luta por parte da classe operária, juventude e demais explorados. Que este caminho tem de ser retomado, pois não podemos esperar nada do parlamento burguês ou das eleições de 2018. O caminho é confiar em nossas próprias forças, organizar os comitês nos locais de estudo, trabalho e moradia. Usar os métodos da luta de classes e nos orientarmos por uma estratégia própria de poder, o governo operário e camponês.

Indo no sentido contrário, a CUT marcou um ato para pressionar os parlamentares no dia 11, no Paço Alfândega, no centro da capital e determinou o dia 13 como dia de “luta” nas ruas e redes sociais para pressionar os parlamentares. É assim que as centrais vão pavimentando o caminho para o trator de Temer passar por cima de nossos direitos.



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ORGAO DO PARTIDO OPERARIO REVOLUCIONARIO – MEMBRO DO COMITE DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

5 de dezembro de 2017

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

Como derrotar o governo!

Como não derrotar o governo!

A desmarcação da “greve nacional” do dia 5 é a mais segura forma de não derrotar o governo. Essa decisão da cúpula burocrática das centrais sindicais aumenta a desconfiança da classe operária de que não se leva a sério o combate contra as reformas anti-nacionais e antipopulares do governo e do Congresso Nacional golpistas.

Os operários nos diziam nos portões das fábricas que a reforma da previdência é uma desgraça. Mas não viam os sindicatos organizando a greve. Em cada lugar que a militância do POR distribuía o *Boletim Nossa Classe*, ouvíamos a mesma pergunta: por que o sindicato não estava convocando a greve? Nossa agitação era para parar o País no dia 5 e sair às ruas em manifestações gigantescas. Aí, vinha a pergunta: mas onde está nosso sindicato? A resposta veio na sexta-feira, dia 1 de dezembro. A CUT, Força Sindical, UGT, CGT e CTB suspenderam a “greve nacional”.

Pela manhã, ainda distribuíamos o *Boletim Nossa Classe* e agitávamos a bandeira de Greve Geral para pôr abaixo a reforma da previdência e combater o governo golpista. A suspensão da greve foi um desastre para a luta dos explorados. Os operários viram que as direções sindicais jogavam com a greve. Não estavam organizando um poderoso movimento. Estavam apenas interessados em ser ouvidos pelo presidente da Câmara dos Deputados, o bandido Rodrigo Maia. Lá foram todas as centrais sindicais pedir a Maia que retirassem da pauta da Câmara a reforma da previdência.

Temer e seu capacho aproveitaram para adiar a votação prevista para o dia 6, ou seja, no dia seguinte da “greve nacional”. Mataram dois coelhos com uma só paulada: adiaram a votação para ter a certeza de ter os votos necessários na hora da aprovação da reforma da previdência; e contaram com a suspensão da greve nacional.

A camarilha que comanda as principais centrais, por

sua vez, respirou aliviada, uma vez que não tinha preparado de fato a paralisação. E os operários e demais trabalhadores que estavam mais bem informados viram que os burocratas tinham submetido a greve nacional ao rabo de foguete do Maia, Temer e Câmara dos Deputados. Os governistas suspenderam a votação, e os burocratas vendidos suspenderam a greve nacional.

Esse foi o melhor favor que os burocratas sindicais fizeram a Temer e Maia. Subordinaram a “greve nacional” ao jogo do governo no Congresso Nacional. Subordinaram a greve nacional ao piloto das reformas antinacionais e antipopulares, que é o senhor Rodrigo Maia, homem do golpe de Estado, homem do plano econômico do ministro da Fazenda Henrique Meirelles, que, por sua vez, é homem dos banqueiros, multinacionais, agroindustriais, etc.

Subordinar a luta dos explorados à política burguesa, é derrota líquida e certa. Quem se apoia no argumento de que Temer está enroscado porque não tem os votos necessários, não quer lutar. Está à espera de que a divisão na base parlamentar aliada inviabilize a reforma. Para quê parar o País, se as brigas internas ao governo impedirão a reforma da previdência? Isso explica, em boa parte, a conduta das centrais em suspender a greve nacional do dia 5. Os burocratas estão esperando que a discórdia na base parlamentar do governo, por si só, desmorse a reforma da previdência. Essa é a via da derrota.

Lembremos o que se passou com a reforma trabalhista. A luta começou em março, com manifestações, e chegamos à greve geral de 28 de abril. A classe operária deu um importante passo, saindo da longa adormecência. Bastava dar o segundo passo, que era o de ir novamente à greve geral. O que fizeram os burocratas da CUT, Força Sindical, UGT, CTB e outras, no 1º de Maio? Cada uma das centrais fez sua própria festa, desmontando a frente única e desviando a atenção dos explorados.

Por que não se fez um gigantesco 1º de Maio operário, classista e voltado contra as reformas trabalhista e previdenciária? Por que não se fez um 1º de Maio contra o governo e o Congresso Nacional golpistas? Porque os burocratas já não queriam a greve geral. Queriam apenas negociar com Temer um jeitinho para manter o imposto sindical. As manifestações convocadas depois da greve geral de abril foram para inglês ver. Resultado: os golpistas impuseram aos assalariados o maior retrocesso da história trabalhista do Brasil.

Agora, estão fazendo o mesmo com a reforma da previdência. Com a diferença de que esperam que as brigas na base aliada a joguem por terra. Essa é a política derrotista das direções burocráticas, enrabichadas com deputados e senadores. Essa é a política que submeteram os sindicatos ao Estado e aos governos. Essa é a política dos que arrancaram até a última gota a independência política dos sindicatos e das centrais.

Trabalhadores, o Partido Operário Revolucionário, o seu jornal Massas e seu Boletim Nossa Classe repudiam essa política que tem desgraçado os sindicatos. Que tem afastado o trabalhador dos sindicatos. Que tem impedido a classe operária de despertar para a política revolucionária.

Denunciamos essa política dos burocratas vendidos como responsáveis pelo fato da ditadura civil de Temer e do Congresso Nacional imporem a reforma trabalhista e a ampla terceirização. Denunciamos agora a suspensão da greve nacional do dia 5 como um gesto que favorece o governo no seu objetivo de apaziguar sua base parlamentar e impor a reforma da previdência.

Operários e operárias, só tem um caminho para derrotar o governo: **organizar uma poderosa greve geral independente do jogo político que o PMDB, PSDB, DEM, etc. fazem na Câmara dos Deputados.** Tem de ser uma greve geral mais potente que a do dia 28 de abril. Deve ser uma greve que diga ao governo e ao Congresso Nacional golpistas: se vocês não retirarem definitivamente a reforma da previdência, iremos para uma **greve geral por tempo indeterminado.** Não submeteremos nossas vidas, nossas condições de existência aos interesses dos capitalistas. Não sustentaremos a gigantesca dívida pública e o pagamento da montanha de juros para encher os cofres dos banqueiros e de todo parasita burguês. Que se cancele a dívida, que não se pague mais um centavo de juros! Que se mantenha uma previdência e uma aposentadoria a todos

os trabalhadores. Que os exploradores arquem com o custo da previdência! Nós produzimos rios de riqueza que ficam com os capitalistas. Quase toda nossa existência é dedicada ao trabalho. Recebemos um salário que mal dá para nossas necessidades. Milhões ganham até um salário mínimo de fome. Exigimos um salário mínimo vital, que cubra todas as necessidades da família. Milhões estão desempregados e subempregados. Exigimos trabalho a todos, que se reduza a jornada de trabalho sem reduzir os salários, que se aplique a escala móvel das horas de trabalho, dividindo as horas nacionais trabalhadas entre todos aptos ao trabalho.

É com essas reivindicações que ganharemos confiança em nossas próprias forças. É assim que veremos o quanto é prejudicial deixar nossas necessidades e reivindicações nas mãos dos partidos, deputados, senadores e governos da burguesia.

Trabalhadores e juventude, o capitalismo afunda em suas próprias contradições econômicas e sociais. E nós, que damos duro diariamente, afundamos com ele.

Em nossos bairros operários, convivemos com o avanço da pobreza, da miséria, da fome, da violência policial, da matança de jovens e brutais chacinas. Somente a organização da classe operária em luta contra o capitalismo poderá encontrar uma saída à barbárie. Temos de libertar nossos sindicatos dos burocratas parasitas e traidores. Temos de construir nosso partido operário revolucionário. Temos de lutar por uma estratégia própria de poder, que é a luta por um governo operário e camponês, nascido da revolução proletária. Assim podemos rechaçar as mentiras dos partidos eleitóreiros e de seus candidatos que servem à burguesia.

A burocracia sindical já está em campanha eleitoral. Todos já estão se preparando para as eleições de 2018. O PT vem com a conversa de que é preciso um “governo legítimo” para retomar a reforma da previdência. Já estão conformados com o golpe e com o governo golpista. Estão usando as necessidades dos pobres e oprimidos para fins eleitorais. Não aceitemos! Temos de responder: nada de eleições, organizar a greve geral para derrubar as reformas do governo golpista; organizar os comitês de base, convocar as assembleias sindicais e populares em todo o País. Nada de marcar e desmarcar a greve! Total firmeza para erguer os explorados contra a reforma da previdência e trabalhista!

Abaixo as reformas antinacionais e antipopulares de Temer!

Alckmin impõe duro ataque ao funcionalismo público

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, dá mais um passo na aplicação da política de “ajuste fiscal”, imposta pelo governo Temer. No dia 14 de dezembro, a Assembleia Legislativa aprovou o projeto de Lei 920/2017. Aproveitou o final do ano e a desmobilização do funcionalismo para exigir que os parlamentares aprovassem o projeto de lei, chamado “PL da morte”.

A Apeoesp e demais entidades de servidores apostaram na tal da pressão parlamentar, conversas com deputados, reunião com o chefe do PSDB Barros Munhoz e presença nas galerias da Assembleia Legislativa. Assim, não convocaram assembleias e não prepararam a resistência, que só poderia ser por meio da mobilização e da greve. Sem o enfrentamento direto, o PSDB de Alckmin ficou de mãos livres para desfechar tamanho ataque ao conjunto do funcionalismo.

O PL 920 se tornou público no início de outubro. Trata-se de um instrumento exigido por Temer/Meirelles para a renegociação da dívida do estado para com a União, que tem como contrapartida um brutal corte de recursos. O PL, assim, é uma sangria aos já miseráveis salários do funcionalismo, que há anos não são reajustados. Lembremos que os professores estão sem reajuste há quatro anos.

Além dos salários, o PL desobriga o governo a cumprir com direitos conquistados pelos servidores, a exemplo do quinquênio, sexta-parte, etc. Pior ainda, permite ao governo aumentar a contribuição previdenciária, provavelmente de 11% para 14%, como já fizeram outros governadores. No momento da votação, o governo manobrou por meio de uma “emenda aglutinativa”, que mascara o impacto das medidas, acrescentando que o reajuste e outras conquistas do funcionalismo ficarão submetidas à Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, ao invés de ser taxativo nos cortes, usou um verniz. O fato é que: faltou dinheiro para cumprir com o pagamento da gigantesca dívida de R\$ 232 bilhões de reais, Alckmin tem a seu dispor o PL 920.

A experiência com a chamada “pressão parlamentar” tem causado derrotas para o funcionalismo. Há que tomar mais essa lição para combater esse método, muito usado pelas burocracias sindicais, de submeter os trabalhadores ao jogo parlamentar. Nesse campo, vence quem tem hegemonia no Parlamento. A derrota do governo dependia da unidade, das gigantescas manifestações de rua e da greve geral do funcionalismo. Agora, é preciso organizar desde já esse setor para responder com luta à implantação do PL 920.

“A Guerra do Brasil” Como enfrentá-la? Como superá-la?

O jornal “O Globo”, em sua edição de 12 de dezembro, publicou um encarte com o título “Bomba-relógio – Brasil mata uma pessoa a cada dez minutos”. Intitulou sua campanha de “A Guerra do Brasil”.

A pesquisa demonstrou que, de janeiro de 2001 a dezembro de 2017, foram assassinadas 786.870 pessoas. Esse número é classificado de epidemia, segundo o critério da ONU. A maior parte das vítimas vai de 20 a 29 anos. Os cálculos demonstrativos da gravidade do problema chegam às seguintes conclusões: 1) 143 assassinatos por dia, 6 a cada hora e 1 a cada 10 minutos; 2) em 15 anos, a soma dos mortos equivale uma vez e meia à população de Lisboa (cerca de 506 mil habitantes) ou então à população da Guiana; 3) no Brasil, matou-se mais que nas guerras do Iraque (entre 2003 e 2017) e da Síria (2011 e 2017).

O estudo considera ainda: “do total de assassinatos, 56% foram de pessoas com até 29 anos e 63% das vítimas são negras ou pardas”. Em 2001, no estado do Rio Grande do Norte foram mortos 316; em 2015, o número saltou para 1.543; na Bahia, a relação é de 1.578 para 6.003. Minas Gerais, importante estado do Sudeste, passou de 2.344 para 4.515. Apenas os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Espírito Santo tiveram redução no mesmo período. Bahia superou os estados do Rio de Janeiro e São Paulo em número de assassinatos em 2015.

Com o estarrecedor número de 786.870 vítimas por assas-



sinato, o Brasil ocupa a 9ª posição mundial, com 29,6 mortes por 100 mil habitantes. Comparativamente, considerando a diferença populacional, Honduras, El Salvador e África do Sul mataram mais em 2014.

Não vimos na pesquisa quantas foram as vítimas da polícia nesse universo de 786.870. Seriam mais completos os dados. O que é necessário para análise, explicação, diagnóstico e solução. Notamos que o objetivo da publicação é o de indicar que o Plano Nacional de Segurança Pública do governo Michel Te-

mer não tem sido implantado. Acredita-se que falta empenho das autoridades.

Explicações e sugestões não faltam. Mas todas convergem para um plano que combine inclusão social, participação da família e da escola, melhor preparação da polícia, ações preventivas, preparação moral, abertura de oportunidades aos jovens, combate ao crime organizado, etc. As avaliações, os diagnósticos e soluções apresentados pelos especialistas em segurança, pelos profissionais das ONGs, pelos agentes da ONU, etc. não podem ir à raiz da violência destruidora do homem pelo homem, uma vez que estão a serviço da burguesia e cumprem a função de defensores de um capitalismo mais humanizado. De maneira que o reconhecimento do nível de barbárie a que atingiu o Brasil não vai além de propaganda em torno da premissa de que cabe ao Estado e aos governos reduzirem o nível de violência.

A questão é saber por que a mais alta organização política do País se mostra incapaz de encontrar soluções. Pode-se ter plano de expansão do sistema carcerário, melhoria da justiça para que apresse os processos, eliminação da prisão sem julgamento, separação dos delinquentes dos criminosos de alta periculosidade, socialização do preso, proteção dos grupos mais vulneráveis (negros, crianças, adolescentes pobres, etc.), controle das drogas, nada disso atinge a fonte geradora da violência e de seu assustador crescimento.

O capitalismo não tem como acabar com o monumental exército de desempregados e subempregados. A tendência mundial é de incrementá-lo. Os jovens de famílias operárias, de classe média arruinada e de camponeses pobres não têm como combinar trabalho e estudo. Quando trabalham, dificilmente mantêm-se na escola. E, se se mantêm, pouco aprendem. Se não trabalham, não veem função na escola. Aqueles que trabalham cumprem uma pesada jornada e recebem uma mixaria. Em casa, vivem diariamente o drama do desemprego, do subemprego e da escassa renda familiar. Nos seus bairros empobrecidos e miseráveis, desde cedo, coexistem com tráfico, com a bandidagem, com a ociosidade, com os assassinatos, com as chacinas e com a polícia sanguinária, truculenta e corrupta. Essas condições econômicas negativas e esses ambientes sociais deletérios desfiguram e destroem as capacidades intelectuais da juventude.

Qualquer discussão séria sobre o fenômeno da criminalidade, dos assassinatos e das chacinas; qualquer atitude honesta de proteção à juventude começa por medidas básicas, que podem ser resumidas nas bandeiras: nenhum jovem fora da produção social, nem jovem fora da escola; jornada de trabalho combinada com jornada de estudo e lazer; salário compatível com as necessidades vitais.

O capitalismo não pode assimilar tais condições, uma vez que funciona explorando ao máximo a força de trabalho e suas forças produtivas estão em contradição com as relações de propriedade, de produção e distribuição. O assassinato de milhares de jovens e adultos acaba sendo uma válvula de esca-

pe. Isso porque resulta na destruição física de uma importante parcela da força de trabalho. O que consequentemente impulsiona a tendência do capitalismo na época de decadência de destruir forças produtivas.

Ao invés de trabalho e escola, de jornada combinada e de salário mínimo vital, o Estado e seus governos oferecem mais polícia, mais truculência, mais assassinatos e mais superlotação dos presídios (nos últimos 20 anos, o número de presos aumentou 8 vezes; dobrou nos últimos dez anos; o país é o 3º com maior número de presos no mundo). É em meio a essa selvageria econômica e social que proliferam o narcotráfico, a delinquência e a matança. Não há como o capitalismo, a burguesia e seu Estado darem um só passo sério no sentido de erradicar a violência, que não se circunscreve aos homicídios e que é muito ampla e variada. O Plano de Segurança Pública de Temer não visa a reduzir os assassinatos, mas tão somente reforçar a proteção da propriedade privada e dos interesses dos exploradores.



A juventude oprimida deve despertar para essa realidade, ou seja, para as insolúveis contradições do capitalismo em seu próprio marco. O programa da classe operária responde concretamente a todas as chagas do sistema de exploração do trabalho. É com a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, coletiva, socialista, que a maioria tomará em suas mãos as tarefas e soluções que os capitalistas não podem cumprir. Trata-se do programa da revolução proletária, por meio do qual a maioria oprimida tomará o poder dos exploradores e constituirá um governo operário e camponês. É preciso defender clara e precisamente que apenas o proletariado na direção da maioria explorada poderá estancar e erradicar a carnificina diária promovida pelo capitalismo putrefato. A propriedade social e o planejamento centralizado da economia possibilitarão incorporar o conjunto da força de trabalho na produção. Em particular, incorporar as mulheres, jovens e negros discriminados. A aplicação coletiva da força de trabalho e a transformação das forças intelectuais da produção (técnicas, tecnológicas e científicas) em bem social eliminará a fonte originária da violência do homem sobre o homem.

Cresce a violência no campo. Defender os camponeses pobres, assentados e sem-terra com os métodos da ação direta



Famílias dos acampados em alojamento provisório depois de expulsos da terra

Em Rondônia, entre 2015 e 2016, tivemos 40% das mortes do campo no Brasil. Esses índices não param de crescer. No último mês do ano, que segundo a burguesia é o mês de festas, uma família do assentamento Flor do Amazonas II teve seu filho Hugo assassinado, no dia 7. Hugo era um dos assentados do Flor do Amazonas, que acompanhava integrantes do Comitê Popular de Lutas em Defesa do Socialismo (CPLDS) em ações de lutas no acampamento. A conquista dos assentamentos Flor do Amazonas, que foi dividida em parcelas: “Flor do Amazonas I”, e “Flor do Amazonas II”, pelo INCRA, com o propósito de isolar os lutadores, foi uma árdua luta. A Corrente Proletária / POR e CPLDS apoiaram efetivamente a ocupação por três meses do INCRA até o processo final de desocupação, quando conseguiram o documento como assentados.

Com o governo do golpista Temer e seus aliados no estado, os conflitos de terra se acirram em Rondônia. No dia 7/12, os jagunços contratados pelos fazendeiros, próximo ao assentamento Flor do Amazonas, abriram fogo, matando Hugo e ferindo mais dois assentados, e incendiando seus pertences. Esse não foi um fato isolado. Em setembro, cerca de 150 famílias ocuparam uma área próxima ao assentamento, que denominaram de acampamento “Boa Sorte”. Dois meses depois, foram duramente reprimidos e despejados. Os jagunços não pouparam ninguém, crianças e mulheres foram espancadas. Tratava-se de uma área que estava destinada à reforma agrária, mas os fazendeiros não admitem acampamentos de camponeses sem-terra próximos às suas fazendas. Esses dois exemplos mostram o quanto tem crescido a violência no campo. Os latifundiários contam com as leis, a polícia, a justiça



Fazendeiros fecharam ponte entre São Miguel do Guaporé e Seringueiras reivindicando a desocupação da Fazenda Bom Futuro

e os governos. Por isso, conseguem as reintegrações de terra, armam os jagunços, ameaçam e assassinam as lideranças dos movimentos camponeses.

A luta pela terra é parte do programa da classe operária, que tem como fundamento a expropriação dos latifúndios e a nacionalização das terras. Para isso, é imprescindível a aliança operária e camponesa, uma aliança de classe oprimida contra a burguesia da cidade e do campo. Desde já trabalhamos por essa estratégia. Estamos juntos com os camponeses pobres, os assentados e os sem-terra, denunciando os crimes dos latifundiários, defendendo a unidade dos explorados e os métodos da ação direta.



Um dos carros queimados no acampamento

Pernambuco

UFPE: Mais repressão da parte do reitor Anísio Brasileiro

No dia 06 de dezembro, estava agendada uma reunião da reitoria com o movimento estudantil e MST, fruto do ato realizado pelo Levante e juventude da Frente Brasil Popular, no dia 24 de novembro. A pauta era a punição de cinco estudantes que foram suspensos por seis meses por participarem das ocupações contra a PEC do teto dos gastos em 2016. Entre um acontecimento e outro, mais um ato público desastroso foi realizado no dia 29 de novembro. Em vez de demonstração de força e unidade, ficou explícita a dispersão e fragmentação. O PCO, que se somou com uma convocatória de “combate ao fascismo e à repressão”, abriu uma grande faixa contra a prisão de Lula. Os demais militantes, mesmo os de grupos organizados como RUA e Juventude do PT, não portavam outras faixas, em vez de erguerem as suas, com as bandeiras que julgassem corretas, tentaram convencer o PCO a guardar a sua. Não se encorajaram a se juntar ao ato.

A postura da reitoria, no dia 06, deixou claro que o que vem pela frente é mais repressão. O movimento foi recebido por sete viaturas da PM e um microônibus da Polícia Federal. Ao chegarem à reitoria, foi exigida a apresentação de documentos e coleta de digitais, além de revistas dos corpos e bolsas promovidas pela segurança da universidade.

A administração tentou limitar o número de participantes e só aceitou a presença de integrantes do MST com a condição de que assinassem um interdito proibitório de que não iriam esbulhar a reitoria, sob pena de uma multa de R\$ 50 mil. Os estudantes, que já estavam na sala do reitor, foram constrangidos a assinarem o mesmo documento, sob a ameaça de que seriam intimados oficialmente caso se negassem. Um oficial de justiça estava de prontidão na sala. Diante disso, os estudantes se recusaram a assinar qualquer documento desta natureza e constataram que a reitoria está determinada a ir a fundo com a perseguição política e criminalização do movimento. Até mesmo o dirigente nacional da Consulta Popular, presente, constatou: *“Ainda tínhamos alguma confiança, senão na convicção democrática, ao menos na capacidade de diálogo da reitoria. Esta já não existe: o reacionarismo tomou conta do prédio.”*

Este episódio demonstra o quanto a via da conciliação de classes é perniciosa para o movimento, o desarma. Até aqui, a política que predominou foi a da expectativa de que Anísio retribuiria o apoio do MST e Levante em sua candidatura e acabaria suavizando a punição. Nos materiais, se evitava até mesmo nominar Anísio. Porém, o reitor, mesmo sendo do PT, está de braços dados com o ministro golpista da educação Mendonça Filho. Em troca de verbas, colabora com a campanha de Mendoncinha para o governo do estado. Sem um movimento forte e independente, o reitor aplicou a política repressiva sem grandes obstáculos.

A burocracia universitária, por expressar os interesses de uma minoria, sempre tende ao autoritarismo. Em vez de expressar a comunidade, expressa o braço da burguesia e de seu Estado no interior da universidade. Para avançar, o movimento não pode ter nenhuma ilusão na reitoria. É necessário discutir a fundo a estrutura de poder. Ir além da defesa do novo

estatuto, que prevê a paridade nos conselhos. A derrota da burocracia depende de um movimento pelo fim do reitorado, em defesa de um governo tripartite de estudantes, técnicos e docentes assentado na Assembleia Geral Universitária, com voto universal e revogabilidade de mandatos.

Juiz reforça decisão das suspensões

Ao fazerem seu balanço, os participantes da reunião ainda nutriam esperanças no Judiciário. A defesa dos estudantes entrou com uma petição pedindo a suspensão das punições em caráter liminar. Se a justiça fosse justa e suas decisões dependessem de uma boa argumentação, a causa estaria ganha. O documento elaborado mostra que não houve individualização da conduta, que as acusações não são acompanhadas de provas. Não se aponta concretamente o que teria sido roubado e é estimado um valor aleatório de R\$ 100 mil, se nenhum critério objetivo. No próprio relatório, a vice-diretora do CAC manifesta contrariedade com a punição, pois eram justamente estes estudantes que mostravam maior zelo com o patrimônio público durante a ocupação.

Sem saber do que foram acusados, os estudantes tiveram seu direito de defesa negado. A única comprovação é de que eles eram militantes que se destacaram na luta das ocupações, sendo punidos exclusivamente por isso. O parecer jurídico da Procuradoria Federal junto à UFPE diz com todas as letras que os estudantes foram punidos por serem líderes/representantes, uma vez que foram negociar com a reitoria *“uma extensa pauta de reivindicações que nada tinha a ver com as medidas legislativas que tramitavam no congresso nacional”*.

A petição também ressalta que quatro dos cinco estudantes punidos recebem bolsa de assistência estudantil, sendo um deles morador da Casa do Estudante. Com a aplicação da penalidade, perderão definitivamente a possibilidade de continuarem a receber a bolsa, mesmo depois, o que pode inviabilizar sua permanência. Assim, os advogados apelam que, se for mantida uma punição, que seja advertência.

Mas, o judiciário é mais um braço do poder da burguesia. Vez ou outra os explorados e oprimidos têm algum ganho de causa, mas não se altera a essência da dominação de classe. No caso dos movimentos, quando estamos fortes e organizados, temos melhor chance de arrancar algumas conquistas. Basta lembrar das ocupações de escola em São Paulo. Na primeira leva das ocupações, ante o movimento massivo e o grande apoio à causa, um juiz impediu a reintegração de posse e o uso da violência policial. Um ano depois, na ocupação do Centro Paula Souza, com o movimento isolado, a justiça permitiu a reintegração violenta.

Não negamos que temos de fazer uma defesa jurídica dos processados, mas sim que esta tem de estar subordinada à política, à análise das forças em luta, e da convicção de que temos de estar organizados no campo da independência de classe.

Ao menos três estudantes, na última semana, foram intimados a comparecer na Polícia Federal. O processo contra os ocupantes do CFCH ainda não foi concluído, nem o de uma reunião de negociação

da desocupação, na reitoria, em que uma estudante foi agredida fisicamente, mas armaram um processo contra os estudantes. Tudo isso exige uma profunda reflexão sobre os rumos do movimento.

O problema da direção

Os militantes independentes estão tendo dificuldades para dar outro rumo para a campanha contra as perseguições políticas. O fim das ocupações já revelou isto. Individualmente, cada um suportou a pressão do retorno às aulas. Isto só mostra a necessidade de centralizarmos nossas forças e de forjarmos outra direção para o movimento estudantil da UFPE, que se guie por uma política proletária.

Ceará

Carta aberta aos professores e funcionários do CCB

Nós, do grêmio estudantil do CCB (gestão “Poder Estudantil”), por meio desta carta aberta, queremos esclarecer que consideramos nossa luta pelo fim da ETI obrigatória em nossa escola, como absolutamente justa e legítima. Visa a garantir o direito de todos: os que querem e os que não querem a ETI. Os que NÃO PODEM permanecer na escola porque precisam do seu tempo livre no contra turno para trabalhar, fazer cursos, etc. e os que querem e PODEM estudar os dois turnos. Entendemos que a escola corre inclusive risco de continuar existindo, tamanha é evasão escolar, que atinge os primeiros anos que estão no regime de ETI.

Como representantes do movimento estudantil, nós do Grêmio, temos o dever de defender intransigentemente os interesses dos estudantes. Lamentamos que muitos professores não entendam a justa causa de nossa luta. Lamentamos que alguns professores, inclusive, ataquem o grêmio estudantil e até levanten calúnias absurdas, como é o caso do Prof. Mikaelton Carantino/PCO. Este senhor caluniador semeia a discórdia e pretende lançar professores contra estudantes. De nossa parte, queremos uma saída para nossa reivindicação que não prejudique nenhum

A reitoria aprimora o sistema de vigilância, já autorizou a entrada da PM do campus e segue sua política de ataque aos estudantes. Tenta enfiar goela abaixo dos técnicos o ponto eletrônico, que servirá para entregar os grevistas ao governo federal. A categoria está em greve e a recusa ao ponto consta em sua pauta local.

Permanece a necessidade de organizarmos de forma democrática e disciplinada a luta contra as perseguições políticas. Fazer um sério balanço. Não desanimar. Ver qual a melhor ferramenta para centralizar nossas lutas contra a reitoria e governo federal. Seja um comando unificado de mobilização, seja um comitê contra a repressão. **Tomemos em nossas mãos a defesa dos processados! Abaixo a política conciliatória! Abaixo a burocracia universitária!**

professor (tanto efetivos quanto temporários), nem funcionário.

É de conhecimento público que nós, estudantes do CCB, estivemos em vários atos conjuntos com professores, assim como apoiando e defendendo a categoria durante a greve de 2016, sendo, inclusive, nós, estudantes, agredidos covardemente por seguranças da própria APEOC. Lutamos e sempre lutaremos para defender a escola pública contra os ataques dos governos e uma vida mais justa para estudantes, professores e funcionários.

Só a unidade na luta possibilitará conquistar uma escola com professores valorizados, com autonomia escolar perante os governos burgueses, sob controle de quem estuda e trabalha, com mais recursos e estrutura física adequada aos alunos (salas climatizadas, material didático, e sem qualquer interferência da direita maldita e sua lei da mordação).

Por isso, esperamos encontrar o caminho da unidade na luta e um acordo com os professores para que não haja prejuízos a ninguém! Viva a unidade na luta!

*Grêmio Estudantil do CCB, gestão “Poder Estudantil”
12 de dezembro de 2017.*

Ceará

Resposta a um conhecido caluniador (Mikaelton/PCO)

Mikaelton, diretor da Apeoc e professor da escola Castelo Branco do Montese, se indigna com a luta legítima dos estudantes e do grêmio pelo fim da ETI obrigatória naquela escola. Sua indignação, como de costume, se transforma em ataque raso e difamador. Não é a primeira vez. Quem atua no movimento docente da rede estadual sabe como agem a direção da Apeoc e seus diretores carreiristas: Assembleias fantasmas para mudar estatuto da entidade na surdina; desrespeito às deliberações das assembleias; traição à greves; conchavos com o governo; defesa de Camilo Santana e seus ataques contra a educação. Nem é preciso dizer que há anos não realizam congresso da categoria e até hoje nunca prestaram contas de um centavo sequer do dinheiro dos professores.

De todas as acusações infundadas, a mais importante é a que trata de acusar o POR e o grêmio do CCB de quererem a demissão de professores. Não há difamação mais imunda e asquerosa. Ao contrário, sempre defendemos a estabilidade no emprego a todos e efetivação imediata dos temporários, mesmo sendo minoritários na oposição sindical. Ao defender o fim da obrigatoriedade da ETI e o direito à autonomia escolar, levantamos ao mesmo tem-

po o problema de mais verbas, redução do número de alunos por sala e de melhora das condições de trabalho dos professores.

O sr. Mikaelton, na verdade, frustrado por não conseguir manipular o grêmio para seus fins de oposição à atual diretora, Sra. Carla, do qual é conhecido adversário e que, junto a um grupo de professores, almeja tomar a direção da escola, faz o que de melhor lhe apraz: mente e engana.

Corporativista, procura lançar professores contra alunos, ao invés de buscar uma saída que contemple a ambos. Ignorante dos interesses dos alunos, estes só lhes servem como massa de manobra, quando são levados para apoiar as manifestações do sindicato no bairro, como tantas vezes ocorreu. Ao contrário, o POR e o Grêmio do CCB travam uma luta desigual para que os interesses dos estudantes sejam ouvidos e para unir docentes e estudantes na luta em defesa da escola pública.

- ✓ Todos na luta contra a ETI obrigatória que exclui os alunos que querem ou já estão trabalhando! ou ainda fazendo cursos no contraturno!
- ✓ Por uma escola que atenda aos interesses da comunidade! Escola sob controle de quem estuda e trabalha!

Derrubar o projeto ‘Escola Sem Partido’ com o método da ação direta

O projeto “Escola Sem Partido” (PL 222/17), também denominado como Lei da Mordada, de autoria do vereador Eduardo Tuma (PSDB) e de coautoria do vereador Fernando Holiday (DEM), foi aprovado na comissão de finanças da Câmara dos Vereadores de São Paulo. No dia 6/12, os vereadores contrários ao projeto usaram as manobras parlamentares para evitar sua aprovação em plenário, usando o recurso do esvaziamento da seção. No entanto, no dia 11, o presidente da Câmara, Milton Leite (DEM), conseguiu aprovar na comissão de finanças, permitindo que o projeto possa ser votado a qualquer momento. Prova disso é que no dia 12, durante a votação de vários Projetos de Lei (76 ao todo), a mesa tentou manobrar colocando o PL 325/14, de autoria do vereador Fernando Holiday, para votação. O plenário rechaçou essa manobra. Mas, como só existe a pressão parlamentar, não há ações coletivas e de rua, e em algum momento os vereadores o colocarão em votação.

Desde sua tramitação no Congresso Nacional, em 2016, o projeto, de autoria do senador Magno Malta (PSC), vem sendo criticado pelo Jornal Massas. Os números 524, 527 e 530 expressam a posição contrária do POR a esse projeto reacionário e obscurantista. Apesar de ter sido retirado da pau-

ta do Congresso Nacional, as prefeituras insistem em colocar para votação. Algumas obtiveram êxito nas comissões, outras, como São Paulo, ainda estavam pendentes.

Já ficou provado que não se trata mais de analisar as inúmeras contradições do projeto. Isso não é suficiente para evitar sua aprovação. Trata-se de uma ofensiva da direita reacionária para inibir e aplacar os movimentos sociais, que expressaram o método da ação direta durante as jornadas de julho de 2013 e as ocupações das escolas em 2015. As táticas empregadas pelas lideranças da esquerda reformista de pressão parlamentar, de esvaziamento do plenário, etc. se mostraram ineficientes diante do avanço da direita. O POR defende que a derrota do movimento ‘Escola sem Partido’ somente será possível através da mobilização da juventude e dos professores, em unidade com a classe operária e suas reivindicações vitais.

Sem as mobilizações de rua e a unidade dos explorados não conseguiremos barrar essa ofensiva da direita reacionária. Lembremos que o projeto “Escola sem Partido” e o retorno do ensino religioso fazem parte do avanço da direita reacionária e do obscurantismo religioso nas escolas. Está aí por que não podemos separá-los. É nossa tarefa impulsionar a luta para pôr abaixo essas medidas reacionárias.

USP: Funcionários do HU realizam greve contra o desmonte do hospital

No último dia 14/12, os funcionários do Hospital Universitário (HU) da USP realizaram uma greve de um dia. Estudantes de Medicina e médicos residentes já estavam em greve e mobilizados, desde a inviabilização do atendimento nos pronto-socorros adulto e infantil. A unidade na luta levanta as seguintes reivindicações: contratação imediata de 340 profissionais de saúde, para repor os que saíram na gestão do reitor Zago (2014-2017) por conta dos PIDVs, aposentadorias e outras demissões; manutenção dos estágios dos estudantes de graduação e residência dos médicos recém-formados.

Uma destruição que se arrasta há anos

Embora agora tenha sido divulgada um parecer do Banco Mundial (que tem como diretor geral Joaquim Levy, ex-ministro da Fazenda de Dilma Rousseff, parecer esse feito a pedido desse mesmo senhor quando era ministro), recomendando a cobrança de mensalidades das escolas superiores públicas, os ataques já ocorrem há anos. A tendência privatista na universidade pública tem se desenvolvido há muito tempo, mas medidas de ataques mais violentos têm ocorrido particularmente a partir de 2014, quando as burocracias que comandam a universidade a mando da burguesia passaram a aplicar medidas correspondentes ao chamado “ajuste fiscal” (organizado, aliás, a partir do gabinete desse mesmo então



ministro Levy).

A USP tem se tornado um verdadeiro laboratório do privatismo. A política de buscar verbas por meio de parcerias com empresas privadas é antiga, vem desde os tempos de José Goldeberg quando reitor. A presença de bancos privados e ocupação de espaços por particulares também se arrasta de longe. A doutrinação se concentra nos cursos mais elitizados, mas se estende, com particularidades, a todas as unidades. A terceirização de serviços tem se incrementado nos últimos anos. Mas é a partir de 2014 que os ataques se manifestam como um con-

Zago marca uma nova etapa do privatismo

Quando Zago assumiu, logo iniciou uma série de medidas de ataques ao caráter público e gratuito da USP. O corte de bolsas, a suspensão total de contratações de funcionários e professores até 2018, as demissões massivas de funcionários, a precarização do trabalho docente, o congelamento salarial, os ataques aos hospitais e o estabelecimento de um Teto de gastos (“Teto do Fim da USP” – que permitirá demitir 5 mil funcionários para “enxugar” os gastos) marcaram sua gestão.

No que diz respeito ao HU, havia em 2014 uma proposta de desvinculação do HU e do HRAC/Bauru, passando-os ao controle direto da secretaria da saúde do Estado. Isso levaria a um brutal sucateamento desses hospitais-escolas. A greve de 120 dias dos funcionários e as pressões externas inviabilizaram essa proposta. Em 2015, as demissões massivas pelo PIDV e proibição de contratações estabeleceram de vez a crise no atendimento e funcionamento do hospital. Muitos acabaram, por conta disso, pedindo demissão e ampliam a crise. Em 2016, a reitoria pretendia fazer contratação de funcionários por meio da prefeitura de São Paulo, seriam uma espécie de funcionários de 2ª classe do hospital. Uma nova greve de funcionários dificultou esse caminho traçado por Zago/Alckmin. Em 2017, os moradores da região passaram a se mobilizar junto aos que estudam e trabalham no HU contra seu sucateamento.

A grande dificuldade do movimento que enfrenta a reitoria/governo é que não é unitário e geral na USP. Desde 2014, a Corrente Proletária/POR e independentes têm travado uma luta para que se organize uma luta geral contra o conjunto das medidas de Zago/Alckmin. Esse caminho, apesar de ter sido trilhado de forma ocasional, permanece bloqueado pela totalidade das correntes políticas que dirigem as organizações estudantis, presas ao corporativismo e conciliação com a burocracia.

Verba carimbada para o HU?

Existe na Assembleia Legislativa de S. Paulo uma proposta de emenda ao orçamento da USP para que se destine uma verba carimbada ao HU. Essa proposta partiu de uma reunião com o Ministério Público. Por essa via, seriam contratados 340 funcionários, com verba salarial de R\$ 25 milhões anuais, e mais uma verba de custeio de R\$ 43 milhões. Há nessa proposta uma brecha para que a contratação não seja feita pela USP, mas diretamente pelo Estado, sendo que os 43 milhões de custeio seriam de responsabilidade da própria USP. O movimento em defesa do HU rejeita essa via, exige a

contratação pela USP.

O perigo dessa proposta é o desvio da luta de enfrentamento à reitoria/governo para o da pressão parlamentar e corporativismo. A crise do HU é parte da ofensiva geral da reitoria/governo contra a universidade pública e gratuita. A resposta a essa ofensiva deve ser a mais ampla, geral e unitária possível entre os que estudam e trabalham na universidade. Deve se organizar por meio da democracia operária, das assembleias conjuntas por unidade e da Assembleia Geral Universitária. Comandos de mobilização e negociação unitários. Manifestações conjuntas. Buscar o apoio da população assalariada nas ruas, com ocupações e bloqueios, e o da classe operária, que está diretamente ligada à produção social.

Um movimento geral e unitário a partir das reivindicações que interessam a todos

A defesa da universidade pública e gratuita deve ser levantada como bandeira geral de enfrentamento ao privatismo. A crise do HU é consequência direta do privatismo, da precarização e elitização da universidade, tudo isso em benefício do



parasitismo capitalista de todo tipo, e garantido por meio da repressão policial, que se intensifica cada vez mais por meio da ação da PM no interior da universidade.

As direções estudantis em geral se negam a assumir a luta contra o privatismo. As maiores organizações de massa estão comprometidas com o apoio a políticas de “financiamento” das vagas no ensino privado, que só faz crescer e enriquecer. A real defesa da universidade pública vai se chocar contra os capitalistas da educação, a burguesia e seus governos. E vai depender da mais ampla unidade, que vai além dos muros da universidade.

O combate consequente pelas reivindicações que se entrelaçam na luta contra o poder do reitorado e suas instituições burocráticas leva à busca pela instituição do governo tripartite (dos três setores), eleito diretamente pelo voto universal e com mandato revogável, subordinado à assembleia geral universitária. Somente sob esta estratégia de poder será possível alcançar a real autonomia universitária frente à burguesia e seus governos, e colocar a universidade ao lado dos explorados contra os exploradores.

Nesta edição:

- Para se contrapor a ação direta ao eleitoralismo, deve-se partir de um programa revolucionário
- Publicado em livro o Programa do POR da Argentina
- Chile: As eleições de 2017 demonstraram a profunda crise da politicagem burguesa
- História do Partido Bolchevique
- Apontamentos sobre a história do bolchevismo

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional



POR participa de manifestação em solidariedade ao povo palestino em São Paulo

A decisão de Donald Trump de declarar vigente o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel e, a partir disso, transferir a embaixada estadunidense para lá, gerou uma onda de protestos dos palestinos em todo o mundo. Os “Dias de Fúria”, como uma possível nova *Intifada* (levante popular), têm apontado uma via de resistência à intervenção imperialista. Nesse quadro, foi convocado um ato em São Paulo, no dia 10 de dezembro, na região da Av. Paulista. Estiveram presentes a comunidade palestina, organizações políticas e apoiadores. O ato foi extremamente reduzido. As correntes de esquerda não se empenharam para potencializar a manifestação, comparecendo apenas com alguns representantes. O mesmo ocorreu com as centrais e movimentos populares.

Durante a manifestação, porém, ocorreram situações de conflito entre distintas posições políticas. Do que se pôde apurar, a presença de apoiadores do regime sírio do alauita Bashar al-Assad resultou em insatisfação por parte dos árabes-palestinos. O desentendimento e o empurra-empurra causaram dispersão de manifestantes. O ato continuou com as intervenções de representantes do povo palestino e algumas lideranças dos movimentos. Boa parte dos discursos era em árabe e em português. As palavras de ordem vinham por meio dos gritos: “Jeru-

salém é Palestina”, “Palestina é árabe”. Ou cantadas: “Estado de Israel, Estado assassino. E viva a luta do povo palestino”. Ao invés de continuar o ato até o encerramento das intervenções, os organizadores fizeram uma votação e decidiram sair em marcha pela Av. Paulista.

No momento, é de extrema importância a mobilização de solidariedade internacionalista, em defesa dos palestinos contra mais essa ação colonialista dos EUA e seu enclave no Oriente Médio, o Estado terrorista de Israel. A classe operária mundial deve erguer as suas manifestações em cada localidade e exigir que o imperialismo volte atrás em sua decisão. Trata-se de combater em favor uma palestina una, democrática e socialista. Foi esse o teor da nota distribuída pela militância do POR durante o ato.

O manifesto indicava ainda a dificuldade resultante da ausência do partido mundial da revolução, com inserção no Oriente Médio. Mas, alertava para que essa dificuldade não fosse transformada em desculpa para ocultar a defesa do programa da revolução proletária, o que inclui a defesa do armamento das massas, da expropriação da burguesia e da constituição da ditadura do proletariado, considerando que somente a democracia proletária poderá unificar judeus e palestinos oprimidos.

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO

SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ORGAO DO PARTIDO OPERARIO REVOLUCIONÁRIO – MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

9 de dezembro de 2017

Mais uma ofensiva do imperialismo contra o povo palestino Por um levante operário e popular no Oriente Médio para derrotar o Estado sionista de Israel Organizemos uma campanha mundial anti-imperialista

O reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel pelos Estados Unidos é mais uma ofensiva do colonialismo sionista. Passo a passo, os palestinos perdem seu território. De fato, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza estão anexados a Israel. Somente a resistência dos palestinos tem mantido um semicontrole dessas regiões. A maneira de impor a anexação reflete os velhos métodos brutais do colonialismo.

Israel nasceu por imposição diplomática da ONU e pelas armas do sionismo na Palestina. Não há como fugir da história. A burguesia que armou o Estado de Israel foi e é uma extensão do capital financeiro e do domínio militar das potências no Oriente Médio. Os Estados Unidos, vencedores da 2ª Guerra Mundial, viram na criação do Estado de Israel, em 1948, a fundação de um enclave na região, antes submetida ao império Otomano, até a 1ª Guerra Mundial, e depois pela Inglaterra e França. O movimento sionista de implantação do Estado de Israel ganhou força a partir da 1ª Guerra e concluiu vitorioso no final da 2ª Guerra Mundial. Fez parte da nova partilha do Oriente Médio entre as potências vencedoras, sob a hegemonia norte-americana.

A promessa da ONU de constituir dois Estados serviu para acobertar a implantação do colonialismo sionista e do intervencionismo norte-americano. Está aí por que a criação do Estado sionista se deu em todo o processo por meio de massacres de palestinos e guerras. Por detrás delas, estavam e estão as potências e poderosos grupos financeiros judeus. As discussões e a resolução fraudulenta de dois Estados, que contaram com o apoio de Josef Stálin, apregoavam a criação de dois Estados pela via pacífica e convivência harmoniosa. Isso quando a transposição de colonos judeus de várias partes do mundo para a Palestina se dava sob o poder das finanças e das armas imperialistas. Estava claríssimo que a onda imigratória se fazia de acordo com um plano de dominação à força do povo palestino. Era previsto que ao comprar terras e ocupá-las se abria o caminho de choques entre palestinos e judeus. A cada confronto, o imperialismo armava ainda mais as milícias judias para irem expulsando os palestinos. Os Estados Unidos se transformaram no grande financiador do Estado sionista.

A expansão gradativa da ocupação sionista pela força das armas diante dos palestinos indefesos, cuja resistência não tinha como vencer os invasores, permitiu que se levantasse o Estado de Israel poderosamente armado. A derrota da Liga Árabe contra a decisão da ONU na criação do Estado de Israel,



na guerra de 1948-1949, evidenciou o intervencionismo militar dos Estados Unidos. A vitória dos sionistas marcou a via que iria percorrer o expansionismo sionista. A expulsão de cerca de 1 milhão de palestinos de suas terras e a anexação territorial ampliaram as fronteiras do Estado israelense. Pela primeira vez, Jerusalém é dividida. Na partilha, a Jordânia ficou com sua parte oriental. Como se vê, o armistício entre Israel e a Liga Árabe concluiu com a retaliação do território palestino, sendo que os israelenses passaram a deter a maior parte dele.

A incapacidade de uma unidade real para enfrentar o Estado de Israel militarizado se tornou ainda mais patente na Guerra dos Seis Dias, junho de 1967. A burguesia árabe enfrentava uma frente imperialista, liderada pelos Estados Unidos. Em seus países, não ousaram expropriar e nacionalizar as multinacionais e o capital financeiro. Não se colocaram pela expulsão do imperialismo do Oriente Médio. A derrota de 1967 fortaleceu ainda mais o domínio de Israel sobre Jerusalém. Finalmente, a Guerra do Yom kippur, 1973, seguiu o mesmo caminho das derrotas anteriores. Afirmou-se, definitivamente, o colonialismo sionista e o Estado de Israel como um enclave dos Estados Unidos na região.

Empurrados, cercados e confinados na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, os palestinos nunca cessaram a resistência. Mas não têm como vencer o Estado militar e policial de Israel somente pela intifada desarmada. O vigor da revolta popular de 1987 e de 2000 mostrou a via para resistir à anexação total do que resta do território palestino. Nem o Hamas, muito menos a OLP, se dispuseram a armar o povo. As intifadas, com pedras e paus, têm a virtude expor a violência colonialista dos sionistas e do imperialismo. Mas não podem derrotá-los. A divisão política e administrativa entre a Cisjordânia, controlada pelo

Fatah, e Faixa de Gaza, pelo Hamas, enfraquece a unidade palestina contra o feroz inimigo. A unidade palestina pressupõe o armamento do povo.

Muita ilusão se alimentou e se alimenta em torno da farsa dos dois Estados. A divisão entre os palestinos que reconhecem o Estado de Israel e os que não reconhecem causou grandes prejuízos à causa da libertação nacional. Originalmente, a OLP tinha em seu programa a destruição do Estado sionista e a constituição da Palestina Una. As derrotas, a assimilação pela feudal-burguesia árabe do domínio israelense, o confinamento dos palestinos e as pressões do imperialismo levaram a OLP, ainda sob a direção de seu fundador, Yasser Arafat, a renunciar à bandeira da “Palestina Una” e a reconhecer o Estado sionista. Foi o passo mais importante para impulsionar as ilusões na possibilidade de dois Estados convivendo harmonicamente. Hoje, até mesmo nas fileiras do Hamas, se aceita a revisão promovida por Arafat no acordo de Oslo, 1993. Ao contrário de Israel devolver parte do território aos palestinos, como previa o acordo, o ocupou ainda mais. A autonomia administrativa sobre a Faixa de Gaza e parte da Cisjordânia tão somente serviu para aumentar o confinamento da população. O acordo de Oslo foi uma traição e um desastre para causa palestina.

Nem Israel, nem o imperialismo têm interesse que os palestinos tenham um Estado próprio. Não por acaso, a fraudulenta autonomia alcançada pressupõe o desarmamento dos palestinos. A Autoridade Nacional Palestina (ANP), sob a direção de Mahmoud Abbas, admitiu, na Conferência de Annapolis, promovida pelos Estados Unidos, constituir um Estado palestino sem forças armadas e garantir o controle de parte de Jerusalém pelos sionistas. Nem diante de tais concessões, os sionistas arrefeceram o avanço da implantação de colônias na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Nota-se que esses acordos sempre serviram ao colonialismo imperialista.

Jamais Israel e os Estados Unidos admitirão a volta dos 5 milhões de refugiados palestinos, jamais aceitarão retroceder nos territórios ocupados e anexados, jamais admitirão um Estado da Palestina independente.

O Estado de Israel foi implantado artificialmente e à força, inicialmente em uma parcela minoritária do território, hoje ocupa mais de 90%. Não era viável economicamente sua edificação segundo o projeto inicial dos sionistas. Está aí por que a tese dos dois Estados nasceu morta.

A intervenção militar em junho-julho de 2014, na Faixa de Gaza, é o retrato que se pode esperar da relação entre judeus e palestinos. O ataque aéreo devastou as cidades. Deixou sob seus escombros milhares e milhares de civis mortos. O governo da Cisjordânia assistiu de braços cruzados ao massacre. A feudal-burguesia árabe e a própria ANP viram o enfraquecimento do Hamas como um bom sinal. De fato, a devastação da Faixa de Gaza animou o Estado de Israel a se impor com maior desenvoltura diante do povo palestino acantonado.

Por cerca de três anos, a questão palestina ficou refluída. Refluída, evidentemente, no noticiário internacional, uma vez que a implantação das colônias manteve aceso o velho conflito. Agora, ressurgiu com a decisão de Donald Trump de reconhecer Jerusalém como capital de Israel.

A posição norte-americana não foi apoiada sequer pelas potências aliadas. O motivo é o do temor de agravar ainda mais a crise no Oriente Médio. Não interessa aos setores do imperialismo europeu reavivarem os conflitos do passado entre a feudal-burguesia árabe e a burguesia sionista. Ocorre que a questão palestina é parte de um problema maior, que envolve a partilha da 2ª Guerra Mundial. É o que explica a guerra entre Irã e Iraque, a guerra do Golfo, a invasão dos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque, a guerra civil internacionalizada na Síria, a guerra do imperialismo contra o Estado Islâmico, o choque entre Irã e Arábia Saudita no Iêmen, etc. Não há como desvincular o choque permanente entre os sionistas e os palestinos do quadro mais geral de desintegração do Oriente Médio.

É importante não se guiar pela divergência interimperialista, nem pela conduta da feudal-burguesia árabe em torno do reconhecimento norte-americano de Jerusalém como capital de Israel. É necessário se apoiar nas massas oprimidas palestinas, jordanianas, egípcias, sauditas, etc. para organizar um levante popular. É preciso defender que a nova intifada seja armada, em outras palavras, que se promova o armamento popular.

Trata-se de exigir que o imperialismo norte-americano volte atrás. No entanto, esse é apenas o ponto de partida da luta contra o expansionismo sionista. É preciso retomar a bandeira

de derrocada do sionismo e reconstituição da Palestina Una. O que implica o desmonte do Estado sionista e constituição de um Estado que unifique os operários, camponeses e a classe média pobre de palestinos e judeus. De nosso ponto de vista, somente será possível cumprir essa tarefa se houver um levante das massas oprimidas contra a feudal-burguesia árabe colaboracionista e serviço do imperialismo, e sob o objetivo estratégico de um estado palestino socialista, a ser alcançado pela revolução



proletária.

Temos consciência de que a ausência de partidos proletários, revolucionários, marxista-leninista-trotskistas dificulta imensamente travar o combate ao sionismo e ao imperialismo pela via da revolução social. Mas nem por isso se deve pôr de lado, ou ocultar, a defesa do programa da revolução proletária, que, entre outras coisas, prevê o armamento popular. A luta pela constituição do Estado Palestino Uno desemboca necessariamente na defesa da expropriação da burguesia e de constituição de um Estado proletário. Somente a democracia das massas oprimidas pode unificar judeus e palestinos oprimidos.

Esse combate, como dissemos, não se circunscreve ao território palestino, diz respeito à expulsão do imperialismo do Oriente Médio e derrubada da feudal-burguesia. A classe operária mundial deve apoiar toda a luta contra a opressão nacional. E desenvolver a estratégia histórica dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Abaixo o reconhecimento dos Estados Unidos de Jerusalém como capital de Israel!

Fora o imperialismo da Palestina e do Oriente Médio!

Pôr uma Palestina una, com autodeterminação e socialista!

Para se contrapor a ação direta ao eleitoralismo, deve-se partir de um programa revolucionário

O POR deve apresentar para as massas uma clara perspectiva revolucionária. Frente à frustração da política burguesa e reformista, deve apontar que o único caminho para sair da barbárie capitalista é a revolução social para construir o novo Estado socialista, com o Governo Operário e Camponês (Ditadura do Proletariado). Os pactos políticos com os demais setores devem ser construídos com base em um claro programa revolucionário.

Os próximos dois anos, até as eleições de 2019, serão marcados pelo cenário eleitoralista democrático-burguês; mas, não se pode esquecer que persiste a crise econômica, que seguirá castigando duramente os setores mais pobres da população. Continuaremos encontrando nas ruas os setores que mantenham a ação direta para exigir dos governantes a solução dos seus problemas mais urgentes. As necessidades materiais, em circunstâncias como a atual, às vezes, adquirem mais força que as reivindicações políticas. Para os famintos, que se multiplicam pelas ruas buscando trabalho e pão, não existe a ligação da política com a economia, como ocorre, por exemplo, com o empresário ou a classe média intelectualizada.

É uma necessidade política indispensável manter com firmeza o programa proletário, na convicção de que, passada a febre eleitoral, os explorados voltarão a pisar novamente na realidade da crise e constatar que a via democrática não foi o caminho adequado. Neste processo, encontrarão o Partido e o programa apontando a perspectiva correta para onde devem caminhar. Não virá a sensação da derrota ou a desmoralização nas massas porque rapidamente entroncarão com um novo processo de radicalização, porque a crise obrigará as massas a acentuarem a ação direta, ao se chocarem com a incapacidade do governo de plantão que assuma o estado burguês por meio das eleições em atender as suas exigências.

O POR tem de ajustar a sua organização, educar rapidamente a nova militância e precisar a sua perspectiva política para sair ileso da pressão “democrática” das outras classes sociais. Este é o momento de acentuar a campanha em torno do

objetivo estratégico do programa proletário, para se diferenciar das correntes burguesas e reformistas de todo o tipo.

Este programa defende que a Bolívia não tem tempo nem espaço para se desenvolver nos marcos do capitalismo e está aberto o caminho para se materializar a revolução social, acabar com a propriedade privada dos meios de produção, estruturar o novo Estado dirigido pelo Governo de Operários e Camponeses (Ditadura do Proletariado) e construir uma nova forma de democracia a serviço da maioria dos oprimidos, baseada nos órgãos de poder das massas, que tomarão em suas mãos a gestão das empresas. O novo Estado socialista expulsará as multinacionais imperialistas, estatizará os bancos e imporá o monopólio do comércio exterior.

Esta bandeira estratégica deve ser o programa das frentes com os diferentes setores que possam acontecer neste processo. As frentes programáticas em torno da estratégia proletária nos aproximam da perspectiva da revolução. Aqueles que partem da ambiguidade política nos afastam dela. Desta maneira, o trotskismo boliviano tem uma rica experiência com a tática da Frente Revolucionária Anti-imperialista que, na prática, não é outra coisa que a materialização da direção política proletária sobre o conjunto da nação oprimida.

Não estamos falando dos pactos circunstanciais que podem se dar na ação cotidiana nas ruas sobre problemas concretos como, por exemplo, em torno da mobilização dos médicos, o problema da defesa da Caixa Nacional de Saúde, da educação fiscal, etc. Estes tipos de pactos se materializam de maneira espontânea onde não há tempo nem espaço para discutir a importância do programa e, da mesma forma que apareceram, espontaneamente desaparecem.

No entanto, mesmo dentro destes pactos circunstanciais, o partido está obrigado a manter publicamente a sua própria estratégia.

(Extraído do *Jornal Masas*, nº 2522, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)



Publicado em livro o Programa do POR da Argentina

A publicação do programa em formato de livro é um importante passo da seção Argentina do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQI). O seu XI Congresso, realizado em 2011, foi dedicado a estabelecer as bases programáticas do partido. Não que não houvesse, em congressos anteriores, avançado nesse sentido. Ocorre que o programa se forja de acordo com a intervenção da vanguarda na luta de classes. O POR na Argentina nasceu de um quadro que se formou no interior de Política Obrera, mais tarde transformado em Partido Obrero (PO). O vínculo imediato dessa militância com o Partido Operário Revolucionário da Bolívia, por si só, expressou um posicionamento programático. Sob a direção de Guillermo Lora, o trotskismo na Bolívia vem há tempo combatendo os revisionistas da IV Internacional. Os camaradas argentinos estabeleceram uma relação com Guillermo Lora, que permitiu assentar o primeiro liame para um trabalho internacional organizado.

Posterior, mas quase imediatamente, nascia o POR no Brasil de militantes que se desvincularam de Causa Operária, que no momento era praticamente dirigido por PO. Por meio dos argentinos, se organizou a primeira reunião para conformar um núcleo, que iria pôr em pé o Comitê de Enlace. Uma das primeiras recomendações de Guillermo Lora foi a de que devíamos elaborar o programa, ainda que rudimentar. Como assinalam os camaradas, *“Sem programa revolucionário não há partido revolucionário”*.

O último Congresso se debruçou sobre a questão da emancipação da mulher. Esse aspecto não comparecia na forma programática exigida pela situação concreta da luta de classes. Aprovou-se a resolução sobre a *Concepção Marxista da opressão sobre a mulher*. Comparece, agora, agregada ao programa de 2011. Também fazem parte do livro os estatutos.

O Programa se divide em quatro capítulos, que destacam os fundamentos e princípios programáticos, a forma organizativa que corresponde ao objetivo estratégico, caracterização do país e reivindicações, métodos e táticas da revolução.

A Parte I ressalta o objetivo de destruição do capitalismo pela via da insurreição de massas e a constituição de um governo operário e camponês (ditadura do proletariado), que estabelecerá a propriedade social dos meios de produção e a planificação centralizada e dirigida da economia. O que exige desenvolver o programa da revolução proletária aplicado às particularidades nacionais.

A Parte II trata da organização de um partido de quadros revolucionários profissionais, baseado no centralismo-democrático, como forma organizativa na qual se manifesta o objetivo estratégico. Sua construção como partido bolchevique é parte da tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista (a IV Internacional). Trata ainda da natureza organizativa do partido baseado no internacionalismo proletário, objetivando forjá-lo como parte do *“partido mundial, por embrião que esse seja”*, como sua seção nacional.

A Parte III caracteriza o país, sua estruturação (histórica e econômica) e a particular dinâmica das classes. Mostra ainda que a estruturação histórica do país se refletiu na formação de uma classe burguesa raquítica e submetida ao imperialismo.

De forma que a burguesia não poderá encabeçar um movimento nacional capaz de libertar a nação da opressão imperialista. Será, portanto, o proletariado que cumprirá as tarefas democráticas (especialmente a revolução agrária, a industrialização, a independência nacional, etc.) e as ligará às socialistas. Estabelece que a tática de emancipação da nação oprimida é a da frente única anti-imperialista, organizada e dirigida pelo proletariado.

A Parte IV, finalmente, diz respeito ao trabalho no seio do proletariado e demais oprimidos, da política militar e do trabalho nas forças armadas, da tática eleitoral subordinada à ação direta e ao programa revolucionário e detalha quais as reivindicações e os métodos que mobilizam as massas a partir de suas reivindicações e as elevam à tarefa da revolução e ditadura proletárias.

Como se vê, o Programa do POR é um guia marxista para transformar a vanguarda do proletariado em direção política da revolução. É um grande avanço no objetivo de forjar um partido marxista-leninista-trotskista. Como dissemos na introdução, esse programa não partiu do zero, nem mesmo pretendeu reelaborar ou revisar seus fundamentos e formulações estabelecidos no primeiro projeto de programa, publicado em 1988. De fato, no seu Prólogo, se reivindica dessa herança e a assimila pela experiência de seus quadros, aplicando-a às condições particulares da penetração do partido nas massas no último período e nas novas condições da luta de classes.

Não por acaso, algumas de suas mais importantes conquistas nesta edição são, de um lado, o avanço na precisão da caracterização do país e em especial na compressão do fenômeno do peronismo, do nacionalismo burguês. Está aí por que o programa traça um quadro preciso das classes exploradas e oprimidas que estão na base da elaboração do Plano de Lutas. E destaca especialmente uma caracterização do desenvolvimento do nacionalismo burguês, que deverá ser derrotado ideológica e politicamente, para assim ajudar as massas a superarem sua influência histórica e ideológica. De outro, destaca a necessidade de traduzir na linguagem do programa marxista a luta - ideológica e programática - contra as correntes feministas pequeno-burguesas que assimilaram as pseudo teorias acadêmicas da opressão da mulher como sendo distinta da opressão de classe.

Em particular, destacamos a resolução sobre a opressão da mulher, uma vez que o POR no Brasil teve de cumprir a mesma tarefa. Vejamos alguns aspectos.

A Resolução afirma: *“A história da opressão sobre a mulher é a história do nascimento da sociedade de classes, portanto, a opressão da mulher é de classe”*. (...) *“Sob o capitalismo, todas as formas de opressão surgem da exploração capitalista do trabalho assalariado”*. (...) *“as bases materiais para a igualdade não apenas legal, mas real entre homens e mulheres só poderão ser constituídas sob a ditadura do proletariado, na construção do comunismo”*.

Esse fundamento principista permite ao POR da Argentina travar o combate contra o feminismo, que se vale das *“teorias feministas sobre o machismo”*. De forma que *“a política proletária rejeita essas teorias que falam de opressões que não seriam de classe,*

mas de gênero”. Rejeitam ainda “a organização especial das mulheres à margem dos homens”. O que não significa abandonar as reivindicações especificamente femininas como parte essencial do programa proletário. Eis: “as reivindicações específicas das mulheres se devem incorporar aos planos de luta” das organizações de massas, tais como sindicatos e movimentos. Está aí por que “trata-se de uma questão vital (...) que tem especial importância na luta que desenvolvemos contra as concepções feministas da burguesia e da pequena burguesia”.

Chile

As eleições de 2017 demonstraram a profunda crise da politicagem burguesa

Não há formas de aumentar a quantidade de votantes. O que houve no primeiro turno foi a transferência de votos entre Chile Vamos e Nova Maioria ao FA. Isto cria incertezas para ambas candidaturas e provoca viradas bruscas para acomodar as divisões dentro dos respectivos conglomerados. São capazes de vender a alma.

A imprensa burguesa eufórica divulgou os resultados das pesquisas de opinião, as quais as candidaturas utilizaram como verdadeiros oráculos. Estão comprometidas a respeitar lealmente a institucionalidade e a legalidade burguesas. O que as impossibilita de aceitar a realidade. As pesquisas no mundo não têm sido capazes de emitir um diagnóstico preciso do comportamento do eleitorado, a exemplo do Brexit, de Trump, Colômbia, etc.

Todos os recursos da imprensa burguesa, para manobrar e enganar, não conseguiram desviar a opinião dos explorados e oprimidos pelo regime de barbárie. Nenhum dos discursos, ou nenhuma das “boas intenções”, pode remover a miséria e a fome da maioria do país, que são produtos da crise econômica do capitalismo apodrecido, que aprofunda a ignorância e o atraso cultural e político em todos os níveis.

No Chile, a alta abstenção criou uma situação mais complexa: todos os partidos esperavam o aumento de eleitores. A realidade foi muito diferente. Houve uma redução de eleitores em relação a 2013. Na região do Biobío, registrou-se um retrocesso de 5%. A juventude, novamente, rechaçou as eleições, os políticos e as instituições da burguesia, especialmente às forças repressivas integradas por ambas as polícias, que a desprezam e oprimem. A reação dessa juventude é “não estar nem aí” diante das obrigações que determinam o capitalismo decadente e a ditadura da classe burguesa.

Existem 750 mil jovens entre 18 e 30 anos que não estudam, nem trabalham. Cerca de 75 mil crianças executam trabalho infantil, proibido pela lei, para ajudar no sustento familiar. Não recebem educação formal, porque a educação gratuita e obrigatória estatal é uma fantasia artificial e demagógica. A classe média baixa, que frequenta a escola e a universidade, em sua grande maioria, não conclui os estudos e fica endividada pelo resto da sua vida, prisioneira do Crédito com Aval do Estado (CAE).

As eleições alertaram a burguesia para preparar o aumento das medidas repressivas, aperfeiçoando os mecanismos da di-

Os aspetos aqui destacados mostram que a elaboração do programa é uma obra histórica. Sua revisão crítica e ajuste correspondem às particularidades da luta de classes que o partido deve assimilar e traduzir em política revolucionária, que se forma e amadurece no fogo da luta de classes.

Damos a conhecer à vanguarda dedicada a construir o partido revolucionário o programa do POR da Argentina, como parte de nossa tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

tadura burguesa, sob o argumento de reprimir a criminalidade e os atos terroristas. É evidente a pérfida ignorância que afeta todos os estamentos da sociedade, como produto da educação privatizada, que se traduz na péssima formação de profissionais, aumentando os erros e fracassos que penalizam diretamente o fundo público, além dos roubos, fraudes, sonegações, etc. Todas as Escolas de Direito, das distintas universidades, comprovaram espantadas que os estudantes de advocacia não estão preparados pela academia para funcionar como fiscais, considerando que estes deveriam cumprir o papel de investigadores dirigindo e orientando as polícias para reunir as provas técnicas e científicas verossímeis, concluindo com certeza jurídica para castigar um delito. As estas conclusões chegaram depois do processo contra os 11 comunais mapuches encarcerados depois de uma perseguição de mais de quatro anos, os quais foram liberados por falta de provas.

O governo de Piñera, que iniciou em março de 2010, se chocou desde o início com a população. Foi contestado pelos atingidos pelo terremoto no sul do país. Levantou-se contra ele o movimento ecológico, como Hidro Aysen e Patagônia sem represa. Confrontou-se com o movimento estudantil, de onde nasceram os partidos *Autonomistas* e *Revolução Democrática*, que sustentam a *Frente Amplia*. Frente essa que se estruturou em poucos meses de vida em um conglomerado de catorze grupos, com diferentes interesses, e finalidade estritamente eleitoreira, carente de programa, subordinado à burguesia e às ideias dos socialistas Fernando Atria, que os vincula ao candidato da *Nova Maioria* Alejandro Guillier. Como se vê, é um amplo espectro de grupos majoritariamente compostos por profissionais jovens de extração burguesa e pequeno burguesa rica. Esses grupos defendem pretensiosamente consignas sedutoras para ganhar os votos da classe média baixa, que vive com péssimos salários. A pobreza não lhes permite resolver os problemas básicos como o da educação. Problema que atinge até mesmo filhos de professores e funcionários públicos, etc.

Comparecem com a proposta de perdoar o Crédito com Aval do Estado, sabendo que esta altíssima dívida contraída pelo governo com os bancos privados chega a 8 bilhões de dólares, valor esse que poderia financiar vários anos de educação gratuita. A educação gratuita hoje favorece um baixo percentual de estudantes, e muitos a perdem por reprovar em qualquer matéria, devido a péssima educação no ensino médio

oferecida pelo Estado. A burguesia intermediária e parasitária chilena, servil à burguesia imperialista e ao capital financeiro, sustenta os governos de turno e toda a politicagem burguesa. Faz com que as famílias de escassos recursos arquem com a consequência do perverso engano político.

Ao embuste da *Frente Ampla*, se pretende remediar com uma mentira ainda pior, que é a de perdoar a altíssima dívida, fazendo-a recair nas costas dos mais pobres, prejudicando a mesma educação que dizem defender, atacando a saúde e provocando o congelamento progressivo do salário, e, o que é pior, a constante redução de postos de trabalho, como vem acontecendo faz anos. Em particular, será atingido o setor de serviços, que emprega 3,2 milhões de trabalhadores, cifras fornecidas pelos principais meios de comunicação, que seriam substituídos por robôs, caixas eletrônicos e todo tipo de novas tecnologias da quarta revolução industrial dos países imperialistas. Como exemplo, a recém-inaugurada linha 6 do metrô de Santiago, que elimina os condutores, cobradores e está completamente automatizada.

A *Frente Ampla*, além disso, exige do candidato da *Nova Maioria* o compromisso de aumentar o imposto às grandes fortunas, aquelas superiores aos 5 milhões de dólares, em 2%.

Com isso, o Estado arrecadaria, anualmente, mais 6 bilhões de dólares. Os economistas do candidato Guillier consideram esta proposta inviável, porque esta quantia só pode ser paga pelos fundos, empresas e sociedades, mas, não pelas pessoas físicas. Na anterior campanha presidencial da candidata Bachelet, foi proposto aumentar os impostos das empresas, iniciativa aprovada pelo Parlamento; prometeu também medidas adicionais para acabar com a sonegação e a fraude, dizendo que este conjunto de medidas permitiria ao Estado arrecadar oito bilhões de dólares, podendo com isso financiar a educação gratuita para todos e em todos os níveis.

Os candidatos Piñera, de *Chile Vamos*, Guillier, da *Nova Maioria* e da *Frente Ampla*, em suas propostas de campanha, mostram o servilismo à ditadura do parasitário capital financeiro nacional e multinacional. Todos esses partidos têm e mantêm miseráveis consignas antinacionais, antipopulares, que submetem a maioria à opressão, miséria e ignorância, os quais instintivamente respondem não indo votar.

(Extraído do Jornal Lucha Obrera, nº 31, do Partido Operário Revolucionário (POR), seção chilena do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional)

Concluimos a publicação da História do Partido Bolchevique, elaborada pela seção argentina do Comitê de Enlace. Lembramos que a Segunda Parte foi publicada parcialmente no Jornal Massas nº 556, e agora concluimos. A Primeira Parte, que vai de 1898 a 1906, foi integralmente editada no Massas 555.

História do Partido Bolchevique

Segunda parte: 1907-1914 (continuação)

A luta contra o liquidacionismo

Em julho de 1909, se realizou uma reunião ampliada da redação de *Proletarii* (órgão de imprensa dos bolcheviques), que “considerou necessária unanimemente a luta tenaz e sistemática contra o otzovismo”. A análise que se fez, nesta reunião, foi de que a tática do boicote utilizada pelo setor revolucionário do partido para a Duma de Bulygin e a primeira Duma desempenhou um papel revolucionário, mas “depois que a luta revolucionária direta das massas foi substituída por uma dura etapa de contrarrevolução, a socialdemocracia teve de adaptar sua tática revolucionária a esta nova situação política, devido a que a utilização da tribuna pública da Duma para ajudar na agitação e na organização socialdemocrata passou a ser uma tarefa de suma importância”. Considerou que “uma parte importante dos operários ... não pôde, devido à rápida mudança dos acontecimentos, passar imediatamente à aplicação da tática socialdemocrata revolucionária nas novas condições da contrarrevolução, limitando-se a repetir consignas que foram revolucionárias na época da guerra civil aberta, mas que, agora, ao repeti-las simplesmente, podem frear o processo de coesão do proletariado nas novas condições da luta”.

No final de julho de 1909, Lênin publicou o folheto “A liquidação do liquidacionismo”, no qual indicava que “o liquidacionismo dos mencheviques consiste ideologicamente em negar, em geral, a luta de classe revolucionária do proletariado socialista e, em particular, a hegemonia do proletariado na nossa revolução democrá-

tico-burguesa (...). Do ponto de vista da organização, o liquidacionismo é a negação da necessidade de um partido socialdemocrata ilegal”. Lênin explicou que a base material deste fenômeno responde à incorporação de elementos pequeno-burgueses na etapa de ascenso revolucionário, os “menos capazes de assimilar a teoria e a tática proletária” e “os mais inclinados a desenvolver o oportunismo até as últimas consequências”. De modo que, ao chegar uma etapa contrarrevolucionária, “chegou à desagregação e a massa de intelectuais mencheviques, de literatos mencheviques, passou, de fato, ao liberalismo”.

Como vimos antes, a tendência liquidacionista não surgiu unicamente dentro da fração menchevique, mas também entre os bolcheviques. Em relação a isto, Lênin considera que a incorporação de elementos pequeno-burgueses, “companheiros de rota” é “um fenômeno inevitável” e que “não tem nada de anormal, nem de terrível, desde que o partido proletário saiba digerir os elementos alheios, submetê-los a sua direção e não se submeter a eles, compreender a tempo que uns ou outros elementos são efetivamente alheios e que é necessário delimitar-se deles, clara e abertamente em determinadas circunstâncias. A diferença entre ambas as frações do POSDR, neste problema, consiste precisamente, em que os mencheviques se encontravam na condição de prisioneiros dos liquidacionistas”.

Em janeiro de 1910, realizou-se uma reunião do CC, que

definiu o liquidacionismo como “uma manifestação da influência da burguesia no proletariado” e resolveu pela dissolução das frações para garantir a unidade do partido, comprometendo-se todas as frações a fecharem seus jornais. Daí para frente, só deveria funcionar “O Socialdemocrata”, dirigido por Lênin e Zinoviev, junto com Dan, Martov (mencheviques) e Varski (membro do Partido Operário Socialdemocrata Lituano, de inclinação bolchevique).

Imediatamente depois da resolução da reunião do CC, o jornal *Golos Sotsial Demokrat* (principal órgão dos mencheviques liquidacionistas) critica as resoluções, considerando que Martov (seu representante na reunião) é um “oportunista” e defende a “igualdade de condições” na unidade, o que significava dar igual peso dentro do partido aos membros do POSDR e aos membros das organizações legais (de fora do partido). Lênin respondeu que isto era reeditar a discussão do artigo 1º do estatuto (que considera como militante somente aquele que pertence a uma organização do partido). Somente os bolcheviques fecharam os seus jornais (*Proletarii*). No entanto, o *Golos* (“A Voz”) menchevique continuou sendo publicado. Kamenev ingressou diretamente ao comitê de redação do Pravda, de Trotsky. O jornal Pravda, editado desde Viena, de “ilusões conciliatórias”, segundo o próprio Trotsky, era o que tinha maior popularidade na Rússia naquele momento. Neste caso, Lênin era consciente da difícil situação que atravessavam os revolucionários e a urgente necessidade de educação política das massas que começavam a acordar. Desta forma, Lênin procurava – em vão – cooptá-los para a luta contra o liquidacionismo, superando o espírito de conciliação que muitos revolucionários arrastavam desde o 5º Congresso, inclusive Trotsky. Diante da impossibilidade de ganhá-los para sua política, os bolcheviques romperam sua colaboração com o Pravda, em fins desse mesmo ano. Pouco depois, os liquidacionistas declararam liquidado o partido, considerando uma “utopia reacionária” o restabelecimento do partido clandestino, convidando os operários a reconhecer como “extintas” as células do partido e sua hierarquia.

Nenhuma das tarefas da unificação se concretizou, demonstrando que somente os bolcheviques procuravam garantir a unidade do partido e se produziu uma aproximação com uma fração menchevique encabeçada por Plekhanov, conhecida como os “mencheviques do partido”, que existia desde 1908. Essa aproximação, defendida por Lênin há algum tempo, constituiu a base para que em novembro de 1910 se começasse a publicar o jornal ilegal *Rabochaia Gazeta* (até agosto de 1912), o jornal legal *Zvezda* (“A Estrela”), que se transformaram em órgãos do Comitê Central.

Desde o início de 1910, a situação política mudou, iniciando-se um novo ascenso das massas. Em 1911, ocorreram greves de 100 mil operários, chegando a 400 mil em 1º de maio, aumentando nos anos seguintes. Devido à necessidade de organizar o partido para intervir na nova etapa da luta de classes, os bolcheviques começaram a longa preparação de uma nova conferência (a última havia sido realizada em dezembro de 1908). A convocação da mesma

foi sistematicamente boicotada. O Comitê Central, na Rússia e no exterior, estava praticamente dissolvido pelo boicote dos liquidacionistas e conciliadores.

Para preparar a conferência, os bolcheviques fizeram um chamado em junho de 1911 e, em outubro, organizaram a “Comissão de Organização da Rússia”, que reuniu 20 organizações da Rússia (a maioria), dirigidas pelos bolcheviques e por mencheviques de partido. Em agosto de 1911, no prefácio ao folheto “Dois partidos”, de Kamenev, Lênin afirmou que este “demonstrou com toda plenitude que de fato, o grupo dos liquidacionistas é um partido a parte, não é o POSDR”.

Em janeiro de 1912, realizou-se a **6ª Conferência** em Praga, da qual participaram bolcheviques e mencheviques de partido. Trotsky, Plekhanov, os mencheviques e os outros partidos nacionais não participaram. A Conferência resolveu expulsar os liquidacionistas do partido e que os bolcheviques deixassem de ser uma fração da socialdemocracia para constituir-se num partido separado, denominado Partido Operário Socialdemocrata da Rússia (Bolchevique).

“A Conferência declara que com sua conduta o grupo mencionado colocou-se definitivamente fora do partido (...). A Conferência chama todos os militantes, sem distinção de tendências e matizes, a lutar contra o liquidacionismo, a explicar o quanto isso prejudica a causa da emancipação da classe operária e a colocar toda energia para restabelecer e consolidar o POSDR clandestino”.

Decidiu-se pela formação de núcleos ilegais rodeados o máximo possível de organizações legais na Rússia: *“É necessário desenvolver um intenso trabalho de restabelecimento da organização clandestina do POSDR, que deve utilizar, com maior amplitude do que até agora o fez, todas as possibilidades legais, e ser capaz de dirigir a luta econômica do proletariado; essa organização é a única que pode dirigir também suas ações políticas cada vez mais freqüentes.”*

Com relação às eleições da 4ª Duma, a Conferência resolveu: *“as principais consignas do nosso partido nas próximas eleições devem ser: 1) república democrática; 2) jornada de trabalho de 8 horas; 3) confiscação de todas as terras dos latifundiários”.* Em relação aos acordos com os partidos resolveu: *“Nenhum acordo eleitoral pode estar subordinado à apresentação de uma plataforma comum, nem deve impor aos candidatos socialdemocratas compromisso político algum, nem impedir à socialdemocracia que critique com energia o espírito contrarrevolucionário dos liberais e a inconsequência dos democratas burgueses.”*

Os liquidacionistas, o Bund e Trotsky tentaram convocar outra conferência de todo o partido depois da Conferência Bolchevique. Este agrupamento ficou conhecido como o bloco de agosto. Plekhanov não participou dele e o criticou dizendo que não queriam convocar uma Conferência de todo o partido, mas uma “constituente”, isto é, “para constituir um novo partido”. O bloco de agosto passou rapidamente à história sem pena nem glória.

O POSDR (b) formou um bloco com o grupo do Plekhanov e publicou o jornal Pravda (que não deve se confundir com o Pravda de Trotsky), a partir de maio de 1912. Na luta pelo reconhecimento da Segunda Internacional, Lênin defendeu que enquanto os liquidacionistas realizaram 21 publicações entre todos os seus jornais,



de janeiro a junho de 1912, com uma tiragem média de 30 mil exemplares, o Partido Bolchevique (POSDB) publicou 100 jornais com uma tiragem média de 60 mil exemplares. Isto é, uma proporção de 1 para 10. O mesmo se passou em relação às contribuições de grupos operários para sustentar um jornal operário: 15 pelos liquidacionistas, 504 pelos antiliquidacionistas.

Concluiu-se uma segunda etapa na construção do partido revolucionário, que chegou à determinação de que, para defender o partido clandestino que aproveite ao máximo a intervenção legal, sem renunciar ao programa, nem a organização, era necessário romper com o oportunismo dentro dele próprio. Esse oportunismo era expressão das forças alheias aos interesses históricos do proletariado agindo no seio do próprio partido. O

combate contra a ala direita do oportunismo, representada no “liquidacionismo”, e contra a ala esquerda, representada pelo “otzovismo”, temperou os socialdemocratas russos. Significou não apenas romper com o oportunismo, mas romper com toda uma tradição europeia quanto à concepção do partido. O exemplo mais claro era o da Alemanha, onde expressões bem distintas (renegados, oportunistas, amigos e inimigos da revolução e marxistas) conviviam dentro do POSD Alemão. Diferentemente daqueles que acreditavam em um variado arco de militantes socialdemocratas, Lênin demonstrou seu completo convencimento de que somente uma cisão garantiria aos trabalhadores a direção revolucionária, a perspectiva de poder e as ferramentas necessárias para materializar esse objetivo. Não se equivocou.

Apontamentos sobre a história do bolchevismo

No Jornal Massas 556, iniciamos uma sequência de artigos e publicações de documentos que expressam a história do bolchevismo. É nas entranhas dessa história que melhor compreendemos o lugar de Lênin. Um de seus maiores adversários acabou sendo Plekhanov. Lembramos que se tratava de um intelectual que introduziu o marxismo na Rússia e iniciou a construção do Partido Operário Socialdemocrata Russo. Lênin se inspirou inicialmente em Plekhanov, ainda muito jovem. Mas os acontecimentos os levaram a uma separação definitiva. O II Congresso, de julho de 1903, foi apenas o seu marco. Plekhanov, que, em vários aspectos da discussão, se colocou ao lado de Lênin contra Martov, principal figura que lideraria a fração menchevique, revelou sua superficialidade como marxista deslocando-se para o lado daqueles que combateram ferreamente as posições de Lênin de transformar a socialdemocracia dispersa em um partido centralizado e coeso.

Analizamos nas páginas do Jornal Massas o livro “Que Fazer?”, de Lênin, obra que condicionou em grande medida as discussões do II Congresso. Plekhanov o atacou com um artigo, cujo título é um tipo de trocadilho irônico: “Que não Fazer?”. Os ataques ao “Que Fazer?” serviram aos mencheviques, que não acataram as decisões do II Congresso e passaram a trabalhar como fração. Lênin, então, respondeu escrevendo “Carta à redação de Iskra”. Tratava-se da nova Iskra (Centelha). Entendemos que a resposta é importante para compreender que a luta política tem seus métodos. Lênin derrotará não apenas as posições programáticas, táticas e teóricas do menchevismo, como também o método oportunista e fracional de luta política. Passamos a reproduzir a resposta de Lênin.

“Carta à redação de Iskra”

“Carta à redação”

Lênin, 25 de novembro de 1903

O artigo intitulado “Que não Fazer?” coloca problemas muito importantes para a vida de nosso partido e muito candentes nos momentos atuais, em que é difícil resistir ao desejo de responder no ato a amável oferta da Redação de abrir hospitaleiramente as páginas de seu jornal. É um tanto mais difícil para quem foi um constante colaborador de Iskra, especialmente nos momentos em que não se pode atrasar nenhuma semana em expressar uma opinião, uma vez que pode significar a renúncia de ser ouvido.

Gostaria de contribuir com minha opinião, a fim de eliminar alguns possíveis e talvez inevitáveis mal entendidos. Direi antes de tudo, a meu ver, o autor do artigo tem mil vezes razão quando insiste na necessidade de resguardar a unidade do partido e de evitar novas cisões, sobretudo quando se trata de discrepâncias não tão importantes. Tudo o que for para apelar ao espírito de pacificação, a suavidade e a transigência por parte dos dirigentes é sumamente digno de elogio sempre e, sobretudo, nos momentos atuais. Compuscar ou expulsar do partido não só os antigos economistas, mas também os grupinhos de socialdemocratas que padecem de “certa inconsequên-

cia” seria totalmente absurdo, a tal ponto que compreendemos perfeitamente o tom de irritação do autor do artigo a respeito do que ele considera rígidos, obstinados e tontos Sobakiévich¹ capazes de recomendar a expulsão. Mas nós vamos além: quando tivermos um programa e uma organização partidária, não só devemos abrir hospitaleiramente as páginas do órgão do partido a uma troca de opiniões, mas inclusive possibilitar que se exponham de modo sistemático nossas discrepâncias, por pouco importante que sejam, a grupos – ou grupinhos, como o autor os chama –, que, inconsequentemente, defendam certos dogmas do revisionismo e que, devido a estas ou outras causas, insistem em sua existência à parte e individual como grupos. Precisamente, para evitar as atitudes rígidas e cortantes, do tipo Sobakiévich, a respeito do “individualismo anarquista”, há que fazer, a nosso juízo, todo possível – até chegar inclusive a nos afastar dos formosos esquemas do centralismo e da submissão incondicional à disciplina – para deixar a esses grupinhos a liberdade de se expressar; para dar a todo o partido a possibilidade de medir a profundidade ou a pouca importância das divergências; para poder determinar, concretamente, onde, como e por parte de quem se manifesta a inconsequência.

É hora, portanto, de romper firmemente com a tradição do

sectarismo de círculos e lançar – em um partido que se apóia nas massas – a consigna de mais luz!, a consigna de que o partido saiba de tudo, de que facilitem todos, absolutamente todos os elementos para avaliar todas e cada uma das divergências, do retorno ao revisionismo, do afastamento da disciplina, etc. É preciso ter mais confiança na capacidade própria de discernimento de toda militância do partido: eles e somente eles saberão moderar a paixão excessiva dos grupinhos propensos à cisão, saberão inculcar-lhes com sua ação lenta, calada, mas nem por isso menos tenaz, a “boa vontade” necessária para acatar a disciplina do partido, saberão desfazer a ofuscação do individualismo anárquico, saberão documentar, demonstrar e pôr de relevo, pelo simples fato de sua indiferença, o caráter superficial das divergências, exageradas pelos elementos que tendem à cisão.

À pergunta “que não fazer?” (que não fazer em geral, e que fazer, em particular, para evitar a cisão), eu contestaria antes de tudo: não ocultar do partido os motivos potenciais da cisão que surgem e crescem, não ocultar nenhuma das circunstâncias e acontecimentos que constituem esses motivos. Não ocultar, sobretudo, ao partido, mas, dentro do possível, tampouco ao público em geral; e digo “dentro do possível”, levando em conta o que seja necessário ocultar pelas razões de clandestinidade, ainda que em nossas divergências os fatores deste tipo quase não desempenham papel algum. Uma ampla publicidade: tal é o meio mais eficaz e único seguro para evitar as cisões que possam ser evitadas e para reduzir ao mínimo as que sejam inevitáveis.

Em se tratando das massas e não mais de simples círculos, é preciso refletir sobre os deveres que o partido se impõe. Se não queremos ser um partido de massas somente em palavra, devemos incorporar a participação em todos os assuntos do partido as massas cada vez mais amplas, elevando-as constantemente da indiferença política ao protesto e à luta, do espírito geral de protesto à identificação consciente das idéias socialdemocratas, da identificação com essas idéias ao apoio do movimento, do apoio à participação organizada no partido. Por acaso, podemos obter tal resultado sem dar a mais ampla publicidade aos assuntos cuja solução depende que cheguemos a exercer tal ou qual ação sobre as massas? Os operários deixarão de nos compreender e nos abandonarão como um estado maior sem exército, se a cisão se produz por discrepâncias pouco importantes, diz o autor, com absoluta razão. Para que os operários não deixem de nos compreender, para que sua experiência de luta e seu instinto proletário ensinem também alguma coisa a nós, os “dirigentes”, é necessário que os operários organizados aprendam a estar atentos aos motivos potenciais da cisão (motivos que sempre se dão e sempre ressurgem em todo partido de massas), que identifiquem conscientemente esses motivos, que possam analisar o que ocorre em qualquer Poshejonie² da Rússia ou do estrangeiro, do ponto de vista dos interesses de todo o partido, dos interesses de todo o movimento.

O autor tem plena razão quando sublinha que a nossos organismos centrais foram concedidos muito, e é muito o que

temos de exigir deles. Assim é, portanto. Por isso mesmo, todo partido, de maneira sistemática, constante, sem cessar, deve educar em seu seio os homens indicados para estarem nos organismos centrais, devem ver diante de si, como na palma da mão, todas as atividades de cada um dos candidatos a esses postos elevados, conhecer inclusive seus traços pessoais, seus lados fortes e lados débeis, suas vitórias e seus “fracassos”. O autor faz algumas observações muito perspicazes e, ao que parece, baseadas em uma ampla experiência acerca de algumas causas de tais fracassos. Justamente por ser tão perspicazes, todo partido deveria aproveitar essas observações, a fim de ver sempre todos e cada um dos “fracassos” ainda que parciais, de tal ou qual “dirigente”. Não há nenhum dirigente político, cuja trajetória esteja isenta de fracassos, e, se falamos seriamente de influir sobre as massas, de ganharmos a “boa vontade” das massas, devemos nos esforçar por todos os meios para que esses fracassos não permaneçam ocultos na atmosfera fechada dos círculos e dos grupinhos, mas que possam ser expostos ao julgamento de todos. Isso poderá parecer, à primeira vista, desconcertante e, às vezes, “humilhante” para



tal ou qual dirigente individual, mas devemos sobrepujar este falso sentimento de desconcerto; é nosso dever diante do partido e da classe operária. Assim, e somente assim, daremos ao conjunto dos militantes influentes no partido (e não a seleção casual de um círculo ou de um grupinho) a possibilidade de conhecer seus dirigentes e colocar cada qual no lugar que lhe corresponde. Somente uma ampla publicidade orientará todos os desvios intoleráveis, unilaterais e caprichosos, somente ela transformará as dissensões, às vezes estúpidas e ridículas, entre grupinhos em um material proveitoso e necessário para que o partido se eduque a si mesmo.

Luz, mais luz! O que necessitamos é uma grande orquestra; necessitamos adquirir experiência, para distribuir acertadamente os instrumentos, para dar a cada qual o que corresponde: o violino sentimental, o contrabaixo bronco, a batuta do diretor. Oxalá que tenha eco o magnífico chamado do autor, e que se brinde hospitalidade a todas as opiniões nas páginas do jornal e das publicações do partido! Oxalá que todos e cada um possam julgar nossas “disputas e querelas” sobre a base de cada “nota”, ainda que alguns a considerem muito aguda, outros desafinada e ainda outros, irritante! Somente por meio de uma série de discussões francas, chegará a se formar entre nós um conjunto realmente harmonioso de dirigentes: somente assim se conseguirá que os operários não deixem de nos compreender; somente então poderá nosso “estado maior” apoiar-se realmente na boa e consciente vontade de um exército que, marchando por trás do estado maior, ao mesmo tempo o dirige.

.....

(¹) Refere-se a um personagem de *Almas mortas*, de Gógol

(²) Poshejonie: denominação figurada de um lugar provinciano afastado em que imperavam os mais bárbaros costumes e normas patriarcais.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo VII, Akal Editor)